

### **3. A presença feminina no Exército**

#### **3.1. Quadro referencial teórico**

Este estudo parte de dois pressupostos sobre a realidade social: existem circunstâncias estruturais que funcionam como coação social e material e que se impõem aos sujeitos, independentes da sua consciência e da vontade, e que orientam e limitam as suas escolhas; e, existem formas naturais de compreensão do real, como o senso comum, o conhecimento tácito, a lógica da prática, as atitudes, os sentimentos, os esquemas de percepção e ação dos sujeitos.

Este trabalho considera que a realidade social integra os dois aspectos supracitados – a dimensão objetiva e coletiva, das estruturas sociais, e a dimensão subjetiva e individual, das representações – considerando que a elaboração das representações é tributária de suas condições de produção e consubstanciada nos constrangimentos estruturais contribuindo, ao mesmo tempo, para sua reprodução na vida cotidiana.

A dimensão objetiva da realidade social é apreendida aqui como campo: um espaço social permeado das relações de força, definido pela posição dos atores institucionais e pelos recursos simbólicos de que dispõem.

O campo se consolida como um modo de organização social de cunho eminentemente relacional, disposto como configurações de tensões entre atores individuais e coletivos, como uma esfera da vida social que se autonomizou progressivamente através da História, em torno de relações sociais, de conteúdos e de recursos próprios.

Nessa perspectiva, o campo funciona como uma arena de lutas definidas pela posse desigual de recursos considerados relevantes pelos atores institucionais, que agem em prol da conservação ou transformação deste estado de coisas, do direito dele participar e pelo controle dos mecanismos de capitalização dos recursos.

O campo é delimitado em função da atividade social que o anima. Neste sentido, pode-se falar de campo administrativo, literário, científico ou militar.

O campo consubstancia-se como um conjunto de relações assimétricas estabelecidas entre indivíduos e grupos em proveito próprio. Os campos também se comunicam entre si, por meio de relações transversais, como a dominação dos homens sobre as mulheres, que perpassam diversos outros campos.

Ele pode se subdivir em subcampos, inserindo-se, por sua vez, em metacampos, que incluem diversos campos. O campo também entretém relações com outros campos a partir da convergência de grupos de interesse.

Os campos secretam dimensões simbólicas da vida social, em busca de uma legitimação, de justificação última das formas de dominação por meio do discurso e dos jogos de linguagem, a partir da qual o exercício do poder é percebido como “natural”. Nesta perspectiva, o poder nomeia ou designa, dizendo ao mundo: “a pretexto de indicar o ser, as estruturas cognitivas impõem no pensamento a ordem imperativa ditada pelas relações de dominação.” (Pinto, 2000, p. 128).

Os campos destilam, na verdade, o capital simbólico, que representa a realidade por meio de uma constelação de signos. Esse capital consiste num sistema organizado de significações atribuídas ao mundo e às ações, estruturando a experiência cotidiana, o “mundo vivido” e os padrões de comunicação dos atores institucionais.

O capital simbólico formata identidades pessoais e coletivas, por meio de representações de si e de outrem. Ele estrutura também o corpo, por meio de gestualidade e uso funcional, e o espaço social.

O capital simbólico se relaciona com as relações de poder que permeiam o campo, manifestando-se como poder simbólico, legitimando o acesso privilegiado de alguns atores institucionais aos símbolos mais prestigiosos e raros, além da sua prerrogativa de mudar, manter as regras de uso e frustrar imitações.

Nesse sentido, os atores institucionais movimentam-se no campo, manejando os capitais simbólicos de que dispõem, que são escalonados por

prestígio e status – classificações, atos simbólicos, representações pessoais sobre coisas e pessoas, técnicas, modos de ser e de agir.

O conjunto do capital simbólico constituído historicamente no campo se estabelece como o *habitus* específico deste, que, desse modo, integra a instância objetiva da sociedade às maneiras de agir e de pensar dos indivíduos: “os condicionantes associados a uma classe particular de condições de existência produzem os hábitos, sistemas de disposições duráveis e passíveis de transposição, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes.” (Bourdieu, 1980, p. 88). Deste modo, a “História incorporada, convertida em natureza, e, por isto, esquecida enquanto tal, o *habitus* é a presença ativa de todo um passado de que é produto.” (Ibid., p. 94).

Os *habitus* são a face interna das estruturas sociais:

As estruturas incorporadas como programa de compreensão e comportamento do agente (...) é como se as estruturas sociais se tivessem precipitado ou depositado nos corpos em forma de esquemas mentais e corporais de compreensão e de ação. (PUIG, 2004, p. 26).

Eles são, também, estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio das primeiras experiências sociais e durante a vida adulta. São disposições estáveis relacionadas às formas de agir, pensar e sentir de certa maneira, e que são interiorizadas de modo consciente e inconsciente por meio de processos de socialização.

Para conceitualizar, o *habitus* pode ser compreendido como uma gramática operativa de práticas em conformidade com o campo de que é produto:

A circularidade que preside a sua formação e seu funcionamento explica, por um lado, a produção de regularidades objetivas de comportamento; por outro, a modalidade de práticas baseadas na improvisação e não na execução de regras. Juntando dois aspectos, um objetivo (estrutura) e outro subjetivo (percepção, classificação e avaliação), pode-se dizer que ele não só interioriza o exterior, mas exterioriza o interior. (PINTO, 1998, p. 38).

Os *habitus* organizam-se enquanto sistema, imbricando-se e associando-se, sendo acionados em conjunto. São também singularizados, apresentando aspectos próprios em instituições e grupos sociais específicos. Outro aspecto definidor é a sua plasticidade e capacidade de adaptação, uma vez que pode ser transformado quando se encontra diante de situações inéditas.

Os *habitus* expressam-se ainda por meio de uma orientação praxiológica, exprimindo um sentido prático de orientação social, consubstanciando uma espécie de conhecimento tácito, além de incluir um conjunto de aspirações e gostos, impactando as condutas predominantes dos sujeitos – as atitudes. Incluem, portanto, as rotinas corporais e mentais inconscientes, que nos permitem agir sem pensar, uma vez que o *habitus* é infraconsciente. Ele é como uma segunda natureza, parcialmente autônoma, já que se enraíza em tradições e práticas sociais, funcionando sem cálculo ou controle consciente. Deste modo, os *habitus* permitem a criação de percepções e práticas sociais infinitas, mas ao mesmo tempo, limitadas.

Porque o *habitus* tem a capacidade infinita de engendrar em toda a liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões e ações – que tem sempre por limites as condições histórica e socialmente situadas da sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele assegura é tão distanciada de uma criação de imprevisível novidade quanto da reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais. (Bourdieu, 1980, p. 92).

Os *habitus* são formas estruturadas de classificação cognitiva, ética e estética, que norteiam os processos de percepção da realidade, configurando a visão de mundo. Por esta razão, os *habitus* têm a ver também com os valores.

Os *habitus* são hierarquizados em função das posições institucionais ou pessoais das categorias de agentes, distinguindo-se em status e poder simbólico.

Por sua vez, as práticas sociais são ações e interações coletivas onde se encarnam e se manifestam a relação entre as estruturas e os agentes, ou seja, pode-se compreender as práticas sociais como o “espaço de intersecção entre as estruturas externas da sociedade, que Bourdieu chama de campo, e os esquemas dos agentes sociais, a que ele chama de *habitus*.” (Puig, 2004, p. 24).

Assim sendo, as instituições funcionam como instâncias de intersecção entre o *habitus* e o campo, pois:

(...) não são completas nem funcionantes a não ser quando elas se objetivam de modo durável não somente nas coisas e nas lógicas, transcendentas aos atores institucionais, de um campo particular, mas também nos corpos, nas disposições

estáveis a reconhecer e a cumprir as exigências imanentes ao campo. (BOURDIEU, 1980, p. 97).

Os *habitus* se materializam também nos corpos, na forma de esquemas motores e automatismos corporais e nos esquemas de percepção do corpo de outrem, como fatores de equivalência a determinadas ideias e sentimentos, modelados pelas práticas disciplinares, que formatam e moldam gestos e automatismos coletivos, difundidos em diversas organizações sociais, que

(...) tiraram sistematicamente vantagem da peculiaridade do corpo e da linguagem funcionar como um reservatório de concepções e, que podem ser desencadeados ou represados, pois o corpo pode evocar sentimentos e idéias, verdadeiros estados de alma. (Ibid., p. 117).

Nas instituições militares, por exemplo, o *habitus* se manifesta em aspectos variados da rotina militar, nas maneiras de vestir, de falar, marchar, de emitir ordens, de lidar com os subordinados e de censurar outras formas e estilos de ser militar, exprimindo a adesão específica a padrões estéticos e éticos determinados do universo militar.

Nessa perspectiva, este estudo focaliza o *habitus* de gênero dos oficiais do EB – seus esquemas de percepção e apreciação, que estruturam a consciência, a sensibilidade e os valores em relação aos papéis sexuais de homens e mulheres civis e militares, além das formas de ação social de gênero.

Caracterizou-se aqui o *habitus* de gênero dos oficiais do EB, considerando, quando possível, as suas relações com o campo militar em geral.

Partiu-se aqui das premissas de que o *habitus* de gênero dos oficiais é influenciado pelas subculturas escolares de quadros, armas e serviços de linha bélica; dos quadros técnicos de magistério; os tipos de OM onde servem e pelas concepções doutrinárias destes militares em relação às diferentes formas de emprego militar (guerra convencional, não convencional, não guerra), que se impõem atualmente no horizonte da instituição militar.

Finalmente, foram descritas as relações do *habitus* de gênero em função de outros aspectos do *habitus* social, referentes à percepção do campo militar em geral e da sociedade brasileira, uma vez que se depreende o *habitus* de gênero não como um fator isolado, mas como uma instância da vida social que é estruturada e

relacional, funcionando como uma faceta integrada a um prisma complexo de opiniões sobre diversos aspectos da vida social e militar.

Assim sendo, o *habitus* de gênero dos oficiais do EB, que estrutura as clivagens do masculino e do feminino, situados “como duas visões antagonistas de dois mundos, duas representações de excelência humana”<sup>42</sup>, não se constitui como um componente isolado nem estático na instituição militar. Ao contrário, associa-se às outras dimensões da relação dos militares com o mundo e com a compreensão que eles têm do Exército e de seu papel na sociedade brasileira para além da própria atividade militar.

### 3.2. O Survey

O processo de construção do *survey* sobre o perfil do oficial do Exército Brasileiro foi um longo caminho percorrido por professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ) e do Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

O primeiro passo ocorreu, em 2009, com o início do Pró-Defesa, que é um programa de atuação conjunta entre a PUC/RJ e o CEP. O tema do programa foi a Sociologia das Forças Armadas.

Após a celebração do convênio do Pró-Defesa, foram realizadas reuniões para estabelecer o objeto da nossa pesquisa e quais os instrumentos seriam utilizados. Foi criado naquele momento também um Grupo de Pesquisa na CAPES denominado Nesimb – Núcleo de Estudos Militares Brasileiro.

Depois de uma série de debates sobre a questão militar no Brasil, observou-se o pouco conhecimento sobre quem são os militares, o que eles fazem e qual é a sua organização.

Assim sendo, verificou-se a importância de conhecer não só a estrutura militar, mas principalmente os militares. Dessa forma, no primeiro semestre de 2010 iniciou-se o processo de construção do *survey* sobre o perfil do oficial do Exército Brasileiro que terminou em junho de 2013. Durante esses três anos e

---

<sup>42</sup> BOURDIEU, P. A **distinção**: crítica social de julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011, p. 189.

meio foi possível entender melhor a dificuldade de um pesquisador do campo militar no Brasil.

Os dados foram, então, organizados em quatro partes a partir de alguns temas aglutinadores, que exprimem a pertença dos oficiais em relação ao campo militar e social como um todo, seu *habitus* de gênero e os diversos aspectos do seu *habitus* social, relativos à percepção do poder e da moral sexual que com eles se imbricam. Sendo assim, os dados foram subdivididos em partes.

A parte 1 tratou de quantos são e quem são os homens e mulheres militares. Esse tema engloba tabelas que realizam uma descrição das características principais dos oficiais homens e mulheres, vinculadas às condições objetivas do campo militar e civil: sexo por posto; faixa etária; qualificação em cursos civis *strictu sensu*; pertença a um quadro, arma ou serviço; estado civil; preparação profissional para o comando; origem regional; vínculos familiares com o Exército; e, etnia.

A parte 2 trabalha com moral sexual de homens e mulheres militares. Esse tópico engloba tabelas que realizam uma descrição de aspectos subjetivos do *habitus*, relativos ao exercício e manifestação da sexualidade no cotidiano e nas instituições brasileiras, tais como: a censura moral a livros de biblioteca pública e as atitudes em relação à transformação da família brasileira.

A parte 3 aborda a percepção política de homens e mulheres militares. Essa parte engloba tabelas que realizam uma descrição de aspectos do *habitus* concernentes à opinião sobre o modo de exercício do poder militar e civil na sociedade brasileira, enfatizando subtemas como o Estado, a Nação, a história política, as filosofias políticas e a instituição militar: sentimento de nacionalidade; compreensão da história política recente do País; opinião sobre a ideologia comunista; concepções sobre o uso de armamentos nucleares; além da imagem do Exército Brasileiro e dos militares.

A parte 4 analisa a inserção das mulheres no Exército Brasileiro. Essa subdivisão engloba tabelas que realizam uma descrição do *habitus* de gênero, relativo às percepções de homens e mulheres sobre o processo de inserção destas

no Exército Brasileiro, abordando subtemas sobre as mulheres militares em funções administrativas, em funções de comando e em atividades de combate.

### **3.3.**

#### **Quantos são e quem são os homens e mulheres militares?**

##### **3.3.1.**

##### **Sexo por posto; faixa etária; qualificação em cursos civis *strictu sensu*; pertença a quadro, arma ou serviço; estado civil; preparação profissional para o comando.**

Em relação à percentagem de mulheres e homens por posto, convém ressaltar que existe uma maior quantidade de mulheres nos postos de aspirante e oficial subalterno (53,8%), em relação à quantidade total de mulheres militares respondentes, que se contrapõem a uma percentagem menor de homens aspirantes e tenentes (28,2%), em relação ao total de homens militares respondentes.

Na patente de oficial intermediário, aproximam-se as percentagens dos respondentes de homens e mulheres até a patente de major, diferenciando-se no posto de tenente-coronel, quando a percentagem de homens é de 11%, em relação a 0% de mulheres, conforme se constata na tabela abaixo:

Tabela 2: Efetivo de oficiais que participaram do *survey* por posto *versus* gênero

Posto	Masculino	Feminino	Total
Aspirante/Tenente	551 28,2%	49 53,8%	600 29,4%
Capitão	560 28,7%	27 29,7%	587 28,7%
Major	358 18,3%	15 16,5%	373 18,2%
Tenente-Coronel	214 11,0%	0 0,0%	214 10,5%
Coronel	245 12,5%	0 0,0%	245 12,0%
General de Brigada	11 0,6%	0 0,0%	11 0,5%
General de Divisão	12 0,6%	0 0,0%	12 0,6%
General de Exército	2 0,1%	0 0,0%	2 0,1%
<b>Total</b>	<b>1.953</b>	<b>91</b>	<b>2.044</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa.

A percentagem de mulheres do *survey*, concentrando-se mais nos postos mais inferiores do oficialato ou no aspirantado, assemelha-se à distribuição de postos por sexo no efetivo total de homens e mulheres no Exército como um todo, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 3: Efetivo de oficiais do Exército Brasileiro

Posto	Masculino	Feminino	Total
Aspirante/Tenente	6.856	451	7.307
	38,8%	36,7%	38,6%
Capitão	4429	490	4919
	25,0%	39,9%	26,0%
Major	3226	264	3490
	18,2%	21,5%	18,4%
Tenente-Coronel	1843	23	1866
	10,4%	1,9%	9,9%
Coronel	1181	0	1181
	6,7%	0,0%	6,2%
General de Brigada	94	0	94
	0,5%	0,0%	0,5%
General de Divisão	56	0	56
	0,3%	0,0%	0,3%
General de Exército	20	0	20
	0,1%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>	<b>17.705</b>	<b>1.228</b>	<b>18.933</b>

Fonte: Departamento Geral do Pessoal (DGP) – Exército Brasileiro – Março de 2013

Aqui, a percentagem de aspirantes e tenentes homens é de 38,8% em relação ao total dos homens militares, aproximando-se dos 36,7% de mulheres, em relação ao efetivo feminino da Força Terrestre. A maior concentração de mulheres ocorre, no entanto, no posto de oficiais intermediários (39,9%), enquanto a sua maior parte se distribui entre aspirantes, tenentes e capitães (76,6%). A partir daí, a percentagem de mulheres começa a decrescer: 21,5% das mulheres são majores, até se reduzir a índices insignificantes, como o de 1,9% de mulheres com o posto de tenente-coronel. Por fim, não há mais mulheres com o posto de coronel ou general.

A concentração maior das mulheres nos postos mais inferiores do oficialato se deve também ao caráter recente da sua inserção na Força Terrestre, em conformidade com os dados apresentados no capítulo referente ao histórico do ingresso em que, salvo o Serviço de Saúde, que iniciou em 1943, aconteceu de modo mais efetivo a partir da década de 1990, com os oficiais do Quadro Complementar de Oficiais (1992), os oficiais técnico-temporários (1998) e os

oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1997. Desse modo, em conformidade com os interstícios vigentes do plano de carreira do oficialato, os efetivos femininos não puderam ascender ainda aos postos superiores da carreira, concentrando-se mais, atualmente, no posto de oficial intermediário.

Na verdade, a maior concentração de mulheres no aspirantado e nas patentes inferiores dos oficiais manifesta-se claramente. No entanto, o fenômeno do “teto de vidro”, encontrado igualmente no universo corporativo de muitos países<sup>43</sup>, que consiste “numa barreira que impede o alcance de algumas mulheres ao topo da hierarquia organizacional”<sup>44</sup>, manifesta um nível menor de empoderamento por parte das mulheres, ou seja, um controle mais restrito “de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino (...) de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”<sup>45</sup>.

O empoderamento mais limitado das mulheres na instituição militar se mostra na rarefação progressiva das mesmas nas patentes mais altas dos oficiais superiores, como tenente-coronel e coronel, que exercem funções com maior poder decisório nas organizações militares, como as de chefes de seção ou de comandante, o que limita bastante a esfera de atuação das mulheres, uma vez que as instituições militares são pautadas pela hierarquização funcional e organizacional.

Além disso, a ausência completa de mulheres nos postos de oficiais gerais indica a sua exclusão aparente das instâncias de máximo poder decisório das instituições militares, uma vez que são os generais, atuando no topo dos comandos militares de área, dos órgãos de direção geral e setorial, que determinam as políticas em curso em áreas diversas da Força Terrestre.

---

<sup>43</sup> O “teto de vidro” funcionou como um anteparo de restrição ao avanço feminino, uma defesa institucional, obviamente não consciente, à difusão considerável da mão de obra feminina no mundo no trabalho nos últimos trinta anos: “Com a evolução dos componentes eletrônicos, surge a necessidade argumentada das empresas de substituir a mão de obra masculina pela feminina por estas apresentarem maior habilidade manual, maior capacidade de trabalho delicado e minucioso e mais paciência para trabalharem com pequenas peças de microchips e outros componentes.” (MELO, M. C. DE O. L. **Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro**. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org). DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 351).

<sup>44</sup> Ibid., p. 350.

<sup>45</sup> Ibid., p. 346.

Convém ressaltar ainda que esta exclusão não será eliminada facilmente nem mesmo com a passagem do tempo, com a ascensão das mulheres ao posto de coronel, devido ao fato de que a sua promoção ao posto de general exige a realização de uma preparação profissional ao exercício do comando, proporcionado pela Escola de Comando e Estado Maior (ECEME), a qual somente tem acesso atualmente os oficiais do Quadro de Engenharia Militar (QEM) e os oficiais médicos, que têm efetivos femininos e que não desempenham um papel influente na instituição militar, tradicionalmente exercido pelas armas de combate, de linha bélica, Cavalaria, Infantaria e Artilharia, que contam, inclusive, com uma maior quantidade de vagas para promoção a oficial-general.

A rarefação de mulheres nos cursos de preparação para o exercício do comando manifesta-se claramente no quadro abaixo:

Tabela 4: Questão: “Possui curso de Comando do Estado Maior?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	330	1	331
	17,1%	1,1%	16,4%
Não	1600	90	1690
	82,9%	98,9%	83,6%
<b>Total</b>	<b>1.930</b>	<b>91</b>	<b>2.021</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

O ingresso relativamente tardio das mulheres na linha bélica agrava ainda mais o quadro geral de democratização do acesso das mulheres na Força Terrestre, pois será necessário esperar que as primeiras cadetes mulheres, egressas da AMAN, em 2022, percorram suas trajetórias profissionais até serem promovidas ao posto de general de brigada em 2052. Considerando o fato de que o Exército autorizou somente a inserção de mulheres no quadro de Material Bélico e no Serviço de Intendência, que contam com uma quantidade mais reduzida de vagas para o posto de oficial general e que não atingem os postos máximos desta graduação, tais como o de general de divisão e de general de exército, torna-se evidente que o processo de inserção das mulheres no Exército opera aos arranques sucessivos, instituindo sempre diversos “tetos de vidro”, que vão sendo

desestruturados por pressão externa e que funcionam como “gargalos” ou válvulas de controle da presença feminina na Força Terrestre, restringindo efetivos e possibilidades de ocupação de cargos estratégicos no âmbito da instituição militar.

Na verdade, a lógica da inserção feminina na instituição militar parece operar por meio de uma economia simbólica e de material do desconforto produzido, estabelecendo mecanismos de represamento. Neste caso, busca-se a contenção contumaz do transbordamento ou extrapolação da presença de uma minoria que é forçosamente incômoda porque sempre situada em um cenário institucional com figurantes todos iguais. Aqui, percebe-se como operam os códigos da cultura militar, centrados na expectativa de nivelamento e equalização, buscada através de procedimentos práticos e simbólicos de ordem unida. Nessa perspectiva, a inserção da mulher, em que pese a ameaça específica ao modelo militar-viril, não dista muito da inserção de qualquer minoria, como o pessoal destinado aos serviços de suporte técnico ou aos civis: será sempre repudiada com uma presença diferencial e ameaçadora, porque distinta.

Por esta razão, a inserção das mulheres no Exército brasileiro ocorreu principalmente, em caráter majoritário, nos quadros de assessoria técnica, e não nos de comando, que representam, como veremos nas entrevistas dos instrutores, a identidade militar mais profunda da profissão militar, em que se destaca o comando de cunho operacional, e não o de natureza técnica. Portanto, as mulheres estão aqui em clara desvantagem no que concerne ao seu nível de influência e legitimidade no Exército, uma vez que são assessoras, e não comandantes. Além disso, quando exercem algum cargo de chefia, é apenas no âmbito de cargos e funções de cunho técnico.

Aqui, constata-se que o “teto de vidro” funciona por meio das restrições ou impedimentos da mulher ser um militar de linha bélica, que efetivamente detenha poder na instituição militar.

Mas o “teto de vidro” pode funcionar, paradoxalmente, para “baixo”, como um “piso de vidro”, prejudicando a aceitação das mulheres na corporação quando o militar de patente inferior encarnar valores substantivos da instituição: é o caso do interdito às mulheres de realizarem o serviço militar obrigatório, como acontece no âmbito do EB.

Ora, no imaginário militar, quem encarna os vetores principais da identidade militar, é precisamente o soldado raso, que é alçado à condição de figura icônica e emblemática do militar, o que se exprime em uma expressão típica da instituição militar, quando se busca expressar a valorização de uma vida rústica, dizendo que se trata de uma atividade ou hábito “simples, como são as coisas de soldado”.

E o soldado paradigmático no EB é Caxias, transfigurado em personalidade mítica, que encarna as melhores virtudes militares, dominando o panteão dos heróis cívicos e guerreiros, e que é cultuado na vida cotidiana da caserna por meio de formaturas e de outros rituais de perpetuação da memória institucional. O mito de Caxias, construído ao longo de um processo de estruturação da nacionalidade e das instituições militares, teria superado outras personalidades históricas, como, por exemplo, Osório<sup>46</sup>, encarnando o próprio Exército, a ponto de se celebrar o dia do soldado precisamente no dia do aniversário de nascimento de Caxias. A identificação deste com o soldado brasileiro, como figura arquetípica do EB, é explicitada nesta conferência proferida por Gustavo Barroso no Ministério de Educação e Saúde em 1936:

Caxias é o Exército e é o Brasil. Simboliza, para o entusiasmo da nossa veneração patriótica, o próprio Soldado Brasileiro. Todos os valores morais, físicos e intelectuais do bom soldado, Caxias os possui: a bravura, a generosidade, a robustez e a inteligência, o desinteresse e o entusiasmo.<sup>47</sup>

Nesse sentido, o fato de não haver mulheres como soldados afetaria a percepção da sua própria identidade como militar, no que concerne à sua autoimagem e às representações que os militares do sexo masculino fazem da sua atuação profissional militar. Este aspecto se evidencia claramente nas entrevistas dos instrutores, como se verá mais adiante, quando não consideram adequado obedecer ao comando de uma mulher em uma atividade de cunho operacional. Na verdade, o que parece existir, de modo sub-reptício e inconfesso, é a convicção de

<sup>46</sup> “A imposição oficial de Caxias como Patrono do Exército deu início ao declínio do culto de Osório. Durante a década de 1930, prosseguiram as comemorações da Batalha de Tuiuti na forma usual, com Osório no centro das atenções. Mas na década seguinte, Osório já aparece na prática ‘rebaixado’ da posição de maior soldado brasileiro para a posição subordinada, embora mais honrosa, de patrono das Armas do Exército, a Cavalaria. O grande responsável por essa mudança foi José Pessoa, que nomeou Osório como Patrono de Cavalaria em seu livro ‘Chefes da Cavalaria brasileira’, de 1940.” (CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 28.)

<sup>47</sup> CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 25.

que as mulheres não seriam verdadeiramente militares, uma vez que não se ocupariam efetivamente da guerra, o que, segundo o mito militar-viril, definiria o soldado propriamente dito.

A concentração das mulheres nestes postos inferiores da carreira de oficiais apresenta ainda implicações no que concerne a sua faixa etária, predominando uma maior percentagem de mulheres na faixa etária de 31 a 40 anos (55,9%) e de 41 a 50 anos (30,1%), perfazendo 86% das mulheres, entre 31 e 50 anos, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 5: Questão: “Faixa etária.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
22 a 30 anos	nº de casos	348	13	361
	%	17,6%	14,0%	17,5%
31 a 40 anos	nº de casos	702	52	754
	%	35,6%	55,9%	36,4%
41 a 50 anos	nº de casos	655	28	683
	%	33,2%	30,1%	33,1%
Mais de 51 anos	nº de casos	268	0	268
	%	13,6%	0,0%	13,0%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b>	<b>1.973</b>	<b>93</b>	<b>2.066</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Os homens militares, por sua vez, também se concentram entre 31 e 50 anos (68, 8%), embora em menor medida que as mulheres.

Deste modo, verificam-se, dentre as mulheres e homens oficiais, aspectos sugestivos de maturidade pessoal, caracterizada pelo enfrentamento das tarefas evolutivas de uma pessoa adulta, que envolvem a emancipação financeira dos pais, moradia autônoma, relacionamento sexual estável e responsabilidades com a criação de filhos.

Nesse sentido, conforme tabela 6, observa-se que pouco mais da metade das mulheres é casada (52,7%) ou estão em uma união estável (11%), da mesma

forma que, entre os homens, também predominam os casados (76,5%) e os que estão em uma união estável (8,2%):

Tabela 6: Questão: “Estado civil.”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Solteiro (a)	n° de casos	196	23	219
	%	10,0%	25,3%	10,7%
Casado (a)	n° de casos	1499	48	1547
	%	76,5%	52,7%	75,4%
Viúvo (a)	n° de casos	7	0	7
	%	0,4%	0,0%	0,3%
Separado (a)	n° de casos	42	2	44
	%	2,1%	2,2%	2,1%
Divorciado (a)	n° de casos	55	8	63
	%	2,8%	8,8%	3,1%
União Estável	n° de casos	161	10	171
	%	8,2%	11,0%	8,3%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1960</b>	<b>91</b>	<b>2051</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Em relação aos filhos, constata-se que, quando as mulheres os têm, predominam as que têm um ou dois, no máximo (50%). Esses aspectos sugerem as dificuldades que as mulheres enfrentam na criação de filhos, em face das demandas da organização militar, uma vez que, em conformidade com as práticas sociais da família patriarcal, influente ainda na sociedade brasileira, são as mulheres que assumem as principais atribuições de cuidados com os filhos. Deste modo, os homens militares dividiriam com suas esposas os cuidados com a prole, podendo ter dois a três filhos (45,5%), ao contrário das mulheres militares (apenas 26,1%), como constata na tabela 7.

Tabela 7: Questão: “Número de filhos de Oficiais do Exército.”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Não tenho filho	n° de casos	540	49	589
	%	28,6%	45,5%	29,4%
Um filho	n° de casos	444	25	469
	%	23,1%	28,4%	23,4%
Dois filhos	n° de casos	672	19	691
	%	35,0%	21,6%	34,4%
Três Filhos	n° de casos	201	4	205
	%	10,5%	4,5%	10,2%
Quatro ou mais	n° de casos	52	11	52
	%	2,6%	0,0%	2,6%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1918</b>	<b>88</b>	<b>2006</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

A tendência a ter menos filhos é mais acentuada entre as mulheres militares do que entre as mulheres civis, dentre as quais não há diferenças significativas entre as mulheres que têm um filho (19%), dois filhos (21%) e as que têm três filhos (16%), em dados de 2010<sup>48</sup>. Observa-se, também, na última década, dentre as mulheres civis, um incremento na quantidade da prole, que atinge até as mulheres que têm quatro filhos, quando se considera a tabela 8.

O incremento da quantidade de filhos das mulheres civis, verificada na última década, sugere talvez a influência de políticas compensatórias, de distribuição de renda, dentre as camadas menos favorecidas, como a bolsa família, que teriam fomentado uma tendência de crescimento demográfico entre as mulheres civis, enquanto as mulheres militares seriam desencorajadas a aumentar a prole devido às condições de trabalho mais adversas, sem um incentivo financeiro específico para terem mais filhos.

<sup>48</sup> Trata-se de um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo por meio do núcleo de opinião pública em parceria com o SESC, em que foram ouvidas 2.365 mulheres e 1.181 homens, de 25 unidades da federação em todas as macrorregiões do País (VENTURI, G.; GODINHO, T. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Edições SESC, SP, 2013).

Tabela 8: Questão: “Quantidade de filhos.”

	p1 Sexo	
	Masculino	Feminino
Não tenho filho	34%	21%
Um filho	19%	19%
Dois filhos	17%	21%
Três Filhos	11%	16%
Quatro ou mais	18%	24%
Média de filhos	3,0	3,3

Fonte: Pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, Fundação Perseu Abramo, 2010.

Convém ressaltar o fato de que as mulheres militares, que entraram efetivamente no mercado de trabalho mediante um concurso difícil, caracterizado pela alta concorrência, somente o fizeram por não ter filhos, e se mantêm na instituição militar, que se caracteriza pelas demandas onerosas de cunho técnico e militar, por ter, no máximo, um ou dois filhos, uma vez que o fator mais desencorajador para a entrada das mulheres no mercado de trabalho é justamente o fato de ter filhos, como se constata no quadro abaixo, em que 28% das donas de casa que nunca tiveram trabalho remunerado apontam a gravidez e 22%, os trabalhos domésticos, como os fatores mais adversos à sua entrada no mercado de trabalho, em dados de 2010:

Tabela 9: Questão: “Razões para nunca ter trabalhado.”

Mulheres	Em %
Filhos/Gravidez	24%
Falta de trabalho	26%
Trabalho doméstico	22%
Casamento/Marido	21%
Não tinha necessidade	13%
Falta de Qualificação	12%
Outras respostas	8%

Fonte: Pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, Fundação Perseu Abramo, 2010.

Em relação aos homens civis, constata-se uma menor diferenciação das percentagens de filhos, por quantidade de filhos, em comparação aos homens militares, aproximando-se mais das percentagens das mulheres, ou até coincidindo os mesmos índices: por exemplo, 19% para homens e mulheres com um filho, em 2010; 17% dos homens com dois filhos, enquanto as mulheres apresentam um índice um pouco mais alto, em 2010: 21%. Este aspecto demonstra a persistência maior, entre os homens militares, de padrões de comportamento próprios da família patriarcal, em que o homem tem mais filhos, pois delega mais à companheira à responsabilidade de provimento e criação, que presumivelmente não trabalha ou o faz em tempo parcial.

Em relação ao número de dependentes, diferenciam-se significativamente homens e mulheres militares quanto ao desempenho mais efetivo de chefe de família, que assume efetivamente a maior parte do sustento da família.<sup>49</sup> Neste caso, constata-se que 47,6% das mulheres não têm dependentes ou apenas tenham somente um (25%), enquanto apenas 16,8% dos homens não têm dependentes ou têm somente um (20,7%), o que parece sugerir que as mulheres militares seguem a tendência, própria da sociedade tradicional, de atribuir ao homem o papel de chefe de família, responsável pelo provimento do núcleo familiar ou até de membros da família ampliada como pais ou irmãos. De fato, quando as mulheres possuem dependentes, têm apenas um (25%) ou dois (19%), enquanto, dentre os homens, uma quantidade significativa tem três dependentes (26,5%). Apenas 6% das mulheres têm três dependentes.

---

<sup>49</sup> “Dependência econômica é a situação em que uma pessoa vive a expensas de um (a) contribuinte, em razão da inexistência ou insuficiência de rendimentos para o sustento próprio, sendo que, para efeito de cadastramento no CADBEN/FUSEX, a dependência econômica fica configurada quando o valor máximo dos rendimentos auferidos pelo dependente não ultrapassar o valor do soldado do Efetivo Variável.” (Art.º 3, § VIII, Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército – IG 3032). São dependentes: cônjuge ou companheiro; filho solteiro, até 21 anos, ou, se estudante, até os 24, desde que, em ambos os casos, não constitua união estável; filho inválido e/ou interdito; viúvo, enquanto não adquirir a condição de pensionista; enteado sem rendimento ou sem pensão alimentícia e sob a guarda do cônjuge, nas mesmas condições do inciso II deste artigo; e, um menor que, por determinação judicial, esteja sob a guarda do militar, em processo de tutela ou adoção, nas seguintes condições: enquanto não constituir união estável, enquanto viver sob dependência econômica do militar ou pensionista, até que cesse a guarda ou tutela, até que seja emancipado ou atinja a maturidade (Art.º 4, § VIII, Instruções Gerais para o Fundo de Saúde do Exército - IG 3032).

Tabela 10: Questão: “Número de dependentes.”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Não tenho	nº de casos	313	40	353
	%	16,8%	47,6%	18,1%
Um dependente	nº de casos	387	21	408
	%	20,7%	25,0%	20,9%
Dois dependentes	nº de casos	462	16	478
	%	24,8%	19,0%	24,5%
Três dependentes	nº de casos	495	5	500
	%	26,5%	6,0%	25,6%
Quatro ou mais	nº de casos	209	2	211
	%	11,2%	2,4%	10,9%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b>	<b>1866</b>	<b>84</b>	<b>1950</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

As mulheres parecem se destacar nos aspectos referentes à maturidade profissional, pois 28,9% das respondentes realizaram cursos de Pós-Graduação *strictu sensu* civil, e, em particular mestrados, enquanto apenas 9,1% dos homens fizeram o mesmo, como se pode constatar na tabela 11.

Tabela 11: Questão: “Fora das Instituições Militares, o(a) Sr.(a) cursou mestrado?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	174	26	200
	9,1%	28,9%	10,0%
Não	1.730	64	1.794
	90,9%	71,1%	90,0%
<b>Total</b>	<b>1.904</b>	<b>90</b>	<b>1.994</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

É preciso, no entanto, assinalar que o aparente desinteresse dos homens militares pelo aprimoramento técnico-profissional se deve também ao seu acesso privilegiado às especializações técnicas e operacionais no âmbito do sistema de ensino do Exército, mais relacionadas às atividades profissionais que realizam e baseadas em conhecimentos das ciências militares, que não são ministrados em

instituições civis, uma vez que a maioria dos respondentes é oriunda de quadros, armas e serviços da linha bélica (65,9%), o que se verifica no quadro abaixo:

Tabela 12: Questão: “Pertence a alguma Arma/Quadro ou Serviço do Exército Brasileiro?”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Arma	nº de casos	1.284	0	1.284
	%	65,9%	0,0%	62,9%
Científico-tecnológico	nº de casos	175	7	182
	%	9,0%	7,7%	8,9%
Serviço de Intendência e Saúde	nº de casos	230	35	265
	%	11,8%	38,5%	13,0%
Complementar de Oficiais	nº de casos	157	49	206
	%	8,1%	53,8%	10,1%
Áreas apoio	nº de casos	100	0	100
	%	5,1%	0,0%	4,9%
Capelães militares	nº de casos	3	0	3
	%	0,2%	0,0%	0,1%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b>	<b>1.949</b>	<b>91</b>	<b>2.040</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

### 3.3.2.

#### Origem regional, vínculos familiares com o Exército e etnia

Aqui, evidenciam-se os aspectos relacionados às origens dos homens e mulheres militares, que são oriundos, ambos, em sua maior parte, 57,2% e 56,5%, respectivamente, da Região Sudeste, que, embora tenha sido secundarizada nos últimos 20 anos, após a Abertura, bem como o teatro de operações de conflitos previstos no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), concentra a maior parte das organizações militares, fato que poderia ter motivado a aproximação destes indivíduos com o universo militar:

Embora este trabalho não tenha focado na renda familiar parental, supõe-se que a origem social destes militares seja mais próxima das classes médias, uma vez que a Região Sudeste se caracteriza por um maior poder aquisitivo, a que se segue a Região Sul, de onde provêm 18,6% dos homens e 12% das mulheres:

Tabela 13: Questão: “Região.”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Norte	n° de casos	72	2	74
	%	3,7%	2,2%	3,6%
Nordeste	n° de casos	295	19	314
	%	15,0%	20,7%	15,2%
Centro-Oeste	n° de casos	110	8	118
	%	5,6%	8,7%	5,7%
Sudeste	n° de casos	1127	52	1179
	%	57,2%	56,5%	57,2%
Sul	n° de casos	366	11	377
	%	18,6%	12,0%	18,3%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1970</b>	<b>92</b>	<b>2062</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

A pertença a estratos sociais mais favorecidos de oficiais do sexo feminino e masculino se evidencia ainda mais quando se observa a predominância de homens e mulheres brancos: 66% e 74,7%, respectivamente.

Tabela 14: Questão: “Cor.”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Branco (a)	n° de casos	1.291	68	1.359
	%	66,0%	74,7%	66,4%
Negro (a)	n° de casos	79	4	83
	%	4,0%	4,4%	4,1%
Pardo (a)/Mulato(a)	n° de casos	548	17	565
	%	28,0%	18,7%	27,6%
Amarelo (a) (de origem oriental)	n° de casos	19	1	20
	%	1,0%	1,1%	1,0%
Indígena ou de origem indígena	n° de casos	19	1	20
	%	1,0%	1,1%	1,0%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1956</b>	<b>91</b>	<b>2047</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Sabe-se que esta tendência é invertida entre os praças, onde predominam os negros e pardos, evidenciando o quanto os aspectos excludentes da estratificação social no Brasil se desdobram na corporação militar, eliminando, progressivamente dos postos superiores do estamento militar, os indivíduos de origem afro-indígena.

No aspecto referente aos vínculos familiares com o Exército, constata-se uma maior dependência da mulher do capital familiar do que o homem, uma vez que 39,7% das mulheres têm militares na família, enquanto apenas 5,6% dos homens parecem seguir uma tradição familiar na escolha de sua carreira profissional:

Tabela 15: Questão: “Militares na família: cônjuge?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	65 5,6%	23 39,7%	88 7,2%
Não	1.103 94,4%	35 60,3%	1.138 92,8%
<b>Total</b>	<b>1.168</b>	<b>58</b>	<b>1.226</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Esse aspecto sugere uma vinculação maior da mulher à família e ao modelo da família patriarcal brasileira, que estabelece um padrão mais significativo de influência da família na vida pessoal e profissional. Considerando o *modus operandi* da corporação militar, marcada pelo *ethos* de uma cultura militar e contraposta a um mundo civil, considerado corrupto e hostil, supõe-se que as relações familiares prévias favoreçam a aceitação melhor destas mulheres enquanto militares no âmbito das organizações militares, e, que ela mesma se auxilie na própria forja de sua identidade militar. Para estas, a cultura organizacional militar apresentaria traços semelhantes ao universo doméstico ao mesmo tempo em que seriam menos rejeitadas como elementos estranhos ou ameaçadores ao modelo militar-viril, pois se tratariam de esposas, irmãs e filhas de companheiros, habilitadas, portanto, ao entendimento da instituição militar e à empatia com seus objetivos.

A incidência de uma maior quantidade de mulheres com vínculos familiares com militares pode ser explicada também pelos contatos mais restritos que as mulheres têm com as instituições militares devido ao fato de não realizarem o serviço militar obrigatório. Em razão deste estranhamento constitutivo do universo militar, somente as mulheres com parentes militares seriam de algum modo “apresentadas” à instituição. Este aspecto revela o quanto o serviço militar obrigatório ainda funciona como um rito de passagem masculino para a idade adulta, mesmo quando não ocorre efetivamente o alistamento do jovem como recruta, situação mais frequente em indivíduos das classes mais abastadas.<sup>50</sup> Na verdade, o próprio processo do alistamento e da convocatória parece exigir, pela primeira vez, que o rapaz realize procedimentos específicos, de natureza burocrática, sem a presença dos pais, que marcam a sua passagem para a sua vida adulta no contexto de um contato significativo com as Forças Armadas, cuja recordação permanece como referência pessoal para a compreensão e sentimento do seu significado e função para a sociedade civil e para o Estado.<sup>51</sup>

### 3.4.

#### Percepção política de homens e mulheres militares

##### 3.4.1.

#### Sentimento de nacionalidade, imagem do Exército e dos militares

Constata-se que 52,5% dos homens se orgulham de serem brasileiros, devido às Forças Armadas, enquanto apenas 31,9% das mulheres sentem o mesmo, como se pode verificar na tabela 16:

<sup>50</sup> O recrutamento militar obrigatório, que se expandiu durante todo o século XIX a reboque da estruturação e consolidação do Estado Nação, tornou uma instância relevante de socialização masculina até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, com a sua grande mobilização de recrutas, que coroa a imagem do homem do século XIX, “que havia ligado de maneira cada vez mais estreita o referente viril ao *ethos* guerreiro das sociedades ocidentais.” (BERTAUD, J. P. **O Exército e o brevê da virilidade**. In: COURTINE, J. J.; CORBIN; VIGARELLO, G; ALAIN. **HISTÓRIA DA VIRILIDADE. O SÉCULO XIX**. Petrópolis: Vozes, p. 503)

<sup>51</sup> Daí a ênfase, no contexto de um Estado democrático de Direito, de um serviço militar obrigatório que incorpore jovens de todas as regiões e classes sociais, funcionando como espaço republicano e democrático, na perspectiva da construção da cidadania, integrando às Forças Armadas à sociedade brasileira, tal como é endossado em um dos principais documentos da política de Defesa do País: a Estratégia Nacional de Defesa (Decreto Legislativo 373, de 25 de setembro de 2013).

Tabela 16: Questão: “De uma forma geral, o que lhe faz sentir orgulho de ser brasileiro? As Forças Armadas?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	919	22	943
	52,5%	31,9%	51,7%
Não	831	47	878
	47,5%	68,1%	48,3%
<b>Total</b>	<b>1.750</b>	<b>69</b>	<b>1.819</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

As razões da menor identificação afetiva das mulheres com as Forças Armadas, como base de seu sentimento de nacionalidade, relacionam-se com o fato de que as mulheres não constroem um relacionamento pessoal prévio com as Forças Armadas antes do ingresso na carreira, como os homens, que prestam serviço militar obrigatório, como já foi analisado acima. Este aspecto dificultaria, possivelmente, a estruturação mais profunda e completa de uma identidade militar, tal como ocorre com os homens.

Outro fator que pode explicar a dissociação entre sentimento de brasilidade e de pertença às Forças Armadas é a inserção exclusiva das mulheres da Força Terrestre nos quadros técnicos de suporte ao combate, que exigem uma graduação civil, e que seria responsável, efetivamente, pela construção da sua identidade profissional, uma vez que precede a realização dos cursos de formação militar. Deste modo, a mulher militar com graduação em Administração de Empresas se definiria subjetivamente como administradora, antes de se perceber como militar. Nesse sentido, as mulheres se diferenciariam bastante dos homens, que pertencem majoritariamente aos quadros, armas e serviços da linha bélica, realizando um curso de formação de oficiais na época mais crucial da formação da personalidade adulta, entre os 18 e 22 anos, no seio da instituição militar, estruturando, por este motivo, um sentimento mais acentuado de pertença às Forças Armadas, a ponto de ser associar isto à sua brasilidade.

Outros elementos influenciariam o sentimento de brasilidade das mulheres, como a valorização da cultura nacional (47,8%), enquanto apenas 39,7% dos homens relacionariam o sentimento da brasilidade à cultura brasileira, como se percebe na tabela 17:

Tabela 17: Questão: “De uma forma geral, o que lhe faz sentir orgulho de ser brasileiro? A cultura?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	694	33	727
	39,7%	47,8%	40,0%
Não	1056	36	1092
	60,3%	52,2%	60,0%
<b>Total</b>	<b>1.750</b>	<b>69</b>	<b>1.819</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

De um modo geral, no entanto, os homens e as mulheres militares dissociam o orgulho da brasilidade a partir da admiração pela cultura brasileira (60,3% dos homens e 52,2% das mulheres), evidenciando alguma divergência do discurso patriótico, ufanista, que foi difundido no sistema educacional civil e militar durante o período militar (1964-1985), que será mais bem analisado mais adiante.

Quanto às razões atribuídas à credibilidade do Exército, a convicção nesta é atribuída, principalmente, ao seu profissionalismo no cumprimento das missões (59,2% dos homens e 52% das mulheres) e à práticas de ações sociais (11,7% dos homens e 28% das mulheres), como se percebe na tabela 18:

Tabela 18: Questão: “O (A) Sr.(a) atribui a credibilidade do Exército principalmente a:”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Excelência na formação militar	nº de casos	213	2	215
	%	11,9%	2,7%	11,6%
Prática de ações sociais	nº de casos	208	21	229
	%	11,7%	28,0%	12,3%
Garantia da lei e da ordem	nº de casos	89	8	97
	%	5,0%	10,7%	5,2%
Profissionalismo no cumprimento das missões	nº de casos	1.056	39	1.095
	%	59,2%	52,0%	58,9%
Isenção nas questões políticas da nação	nº de casos	219	5	224
	%	12,3%	6,7%	12,0%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b>	<b>1.785</b>	<b>75</b>	<b>1.860</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Aqui, as mulheres enfatizam mais a realização das ações sociais do que os homens, talvez por uma abertura maior para a vida civil, onde tais atividades têm lugar, uma vez que ingressam na vida militar mais tarde do que os homens, após uma graduação universitária, mantendo, assim, mais as preocupações e interesses da sua vida pregressa, a civil.

Apenas 11,9% dos homens e 2,7% das mulheres militares atribuem a credibilidade do Exército a excelência na formação militar, o que parece sugerir que endossam algumas destes pontos de vista: não são entusiastas dos sistema de ensino do Exército e consideram que as suas qualidades positivas não são conhecidas pela sociedade brasileira, devido ao extremo fechamento da instituição militar.

Mesmo assim, os oficiais homens, que realizam efetivamente uma preparação profissional na linha bélica, desde o nível da graduação, parecem reconhecer mais as qualidades do sistema de ensino do Exército.

A maior valorização da instituição militar pelos homens manifesta-se na percepção de sua influência decisiva na História do País (40,9% dos homens e 30,1% das mulheres). Nesse caso, as diferenças entre homens e mulheres devem-se talvez ao conhecimento maior de História Militar que é proporcionado pelos currículos dos cursos de linha bélica, aos quais as mulheres militares não têm acesso.

Essa contribuição do Exército para a História do País significa, no entanto, para os homens, a tendência ao endosso do discurso institucional que enfatiza a tradição, pois 40,9% dos homens selecionaram a seguinte frase que melhor representaria o Exército: “A história do Brasil se confunde com a história do Exército”.

Convém ressaltar o fato de que essa afirmativa integra, ao lado das outras afirmações elencadas na tabela abaixo, um discurso institucional que “inventa” uma história do Exército, vinculando-a à história da Nação, com o intuito de legitimar a instituição militar dentro e fora da caserna, e que é difundido de modo formal e informal, por meio de rituais, interação entre atores institucionais e produção de doutrinas específicas no campo da comunicação social e da educação militar.

As mulheres também aderem a esta frase, embora em menor medida do que os homens, 30,1%, manifestando novamente, uma maior independência em face dos clichês institucionais.

A outra frase que evidencia mais a discrepância de homens e mulheres em relação ao discurso institucional é a de que o “Exército é o guardião da democracia”: 12,3% dos homens consideraram que esta frase exprime a sua imagem do Exército brasileiro, enquanto pouco mais da metade das mulheres (6,8%) consideraram que o Exército é o guardião da Democracia.

Tabela 19: Questão: “Qual afirmação apresentada mais se aproxima da imagem do Exército Brasileiro?”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
A história do Brasil se confunde com a história do Exército	nº de casos %	716 40,9%	22 30,1%	738 40,4%
O Exército é o guardião da democracia	nº de casos %	216 12,3%	5 6,8%	221 12,1%
A hierarquia e a disciplina são os fundamentos de uma instituição patriótica	nº de casos %	536 30,6%	31 42,5%	567 31,1%
O Exército é a única instituição que defende os interesses maiores da Pátria	nº de casos %	284 16,2%	15 20,5%	299 16,4%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b> <b>%</b>	<b>1.752</b> <b>100,0%</b>	<b>73</b> <b>100,0%</b>	<b>1.825</b> <b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

A frase seguinte suaviza e até inverte a diferença entre homens e mulheres em relação ao endosso do discurso institucional, talvez por se basear num princípio constitucional comumente aceito de que a hierarquia e a disciplina são os fundamentos de uma instituição patriótica. Um total de 42,5% das mulheres e 30,6% dos homens selecionaram essa afirmação como a que mais expressa a sua imagem do Exército.

Aqui, destaca-se a atitude relativamente mais rigorosa por parte das mulheres em relação à valorização da disciplina, provavelmente em razão do seu caráter minoritário na instituição militar e nível incipiente de sua inserção, o que favoreceria uma maior insegurança das mulheres em relação aos códigos da cultura militar, além do temor de não serem aceitas, como subproduto involuntário de um endosso feminino do recrudescimento dos padrões disciplinares.

A última frase da tabela, “o Exército é a única instituição que defende os interesses maiores da Pátria”, também reproduz a mesma atitude de desvio feminino do discurso institucional da frase anterior, uma vez que mais mulheres (20,5%) do que homens (16, 2%) selecionaram aquela frase como a que melhor expressa a sua imagem do Exército.

De um modo geral, no entanto, constata-se que homens e mulheres militares se alinham com o discurso institucional, embora essa atitude predomine mais entre os homens, endossando a memória institucional do Exército, manifestada nas recorrentes declarações públicas do Clube Militar e na celebração anual do dia 31 de março, aniversário da Revolução de 1964, por meio de formaturas, em todas as organizações militares do País.<sup>52</sup>

A memória institucional destilada nos materiais de imprensa ou nos eventos cívicos nomeia o golpe militar de 1964 como “o movimento democrático de 1964” ou o considera, um ponto de vista mais nuançado e coerente com parte significativa da historiografia acadêmica sobre este período histórico, como um contragolpe em resposta a demandas da própria sociedade brasileira, com o intuito de evitar a implantação de um regime socialista no País.<sup>53</sup>

Nesse caso, a atitude dos homens e mulheres oficiais parece se alinhar com os aspectos fundamentais da memória institucional oficial desse fato político, que busca suprimir a recorrente ingerência militar nas instituições políticas brasileiras, que é incompatível com o Estado democrático de Direito.

Este fato ainda surpreende quando se considera que esses militares são jovens e ingressaram, em sua maioria, na instituição militar, após o término do período militar, situando-se, em sua maioria, na faixa etária entre 31 e 50 anos.

No entanto, eles reproduzem algo do discurso institucional que é elaborado pelos oficiais mais antigos da ativa e da reserva, que ainda ocupam os postos superiores de comando das organizações militares ou das instâncias de formação de opinião na Instituição Militar, tais como o Clube Militar e o Centro de

---

<sup>52</sup> Essa sistemática só foi alterada em 2008, com o início do mandato da presidenta Dilma Rouseff, que expediu ordens expressas no sentido de eliminar esse tipo de celebração cívica.

<sup>53</sup> O discurso institucional aparece claramente nos manuais escolares destinados ao ensino de História Militar no curso de formação de oficiais, a AMAN: “Véspera do Movimento Democrático: instabilidade política aguda e caos iminente é como se pode se definir o quadro brasileiro às vésperas de 31 de março de 1964. A Revolução de 1964 resultou de um estado de consciência nacional de que os valores da sociedade brasileira se achavam ameaçados pela situação vigente no país.” (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual escolar de História Militar do Brasil**. Resende, 2011, p. 315). Este texto ainda cita um artigo da Revista do Clube Militar, de março de 1990, que diz o seguinte sobre o período militar: “As Forças Armadas não esperavam louros triunfais ao término do ciclo revolucionário, que sempre viram como transitório. Cumpriram seu dever de defesa da Pátria, impedindo que se tornasse uma gigantesca Cuba. E ainda fizeram mais, alçando o Brasil do modesto 43º lugar para o de 8º na economia mundial, posição mais coerente com as dimensões e potencialidades.” (Ibid., p. 319).

Comunicação do Exército (CCOMGEx), e que se situam na faixa etária acima dos 50 anos.

As razões do maior alinhamento dos militares, em especial, dos homens, com o discurso institucional, podem ser encontradas no *modus operandi* do sistema de ensino do Exército que, nas últimas décadas, teria formatado as atitudes dos oficiais a respeito da instituição militar.

A esse respeito, convém realizar uma breve digressão sobre as transformações ocorridas no sistema de ensino do EB, que podem esclarecer melhor o fenômeno supracitado.

Antes do período militar (1964-1985), existia uma integração mais efetiva da juventude militar com a sociedade brasileira, que criava espaços institucionais e projetos sociais para discutir e resolver os problemas do País, estabelecendo contatos com diversas instituições da sociedade civil. É o caso, por exemplo, da Campanha de Alfabetização de Recrutas, na Escola Militar de Resende, em 1947, vinculada ao Ministério da Educação, sob o influxo da valorização social crescente conferida à Educação, que mobilizou 80 cadetes e 430 soldados analfabetos.<sup>54</sup>

No período que antecede imediatamente o golpe de 1964, as Forças Armadas continuavam integradas aos movimentos políticos e ideológicos que então fraturavam a sociedade brasileira:

Até 1964, as Forças Armadas estavam divididas. Os oficiais golpistas de 1961 cometeram o erro de apostar em um golpe sem construir uma hegemonia mais sólida junto à alta oficialidade. Esta era majoritariamente conservadora, mas a desconfiança em relação aos reformistas radicais, bem como a cultura anticomunista da maioria dos oficiais, não significava, necessariamente, adesão automática a um golpe de Estado que derrubasse o presidente João Goulart. Além

---

<sup>54</sup> “Só um órgão devidamente aparelhado estava apto a servir, e o Cadete Palmeiro da Costa foi ao Rio de Janeiro, estando no Departamento Nacional de Educação, onde entrou em contato com o Dr. Fernando Tude de Sousa, do gabinete do Ministro da Educação e Saúde, pondo-os a par da criação da Campanha na Escola Militar, seus objetivos e suas necessidades. A notícia dessa grande iniciativa entre os cadetes repercutiu de forma favorável no próprio Ministério da Educação, levando mais tarde esse órgão do Governo, particularmente, ao conhecimento de inúmeros oficiais do Exército a criação da Escola Militar de Resende da Campanha de Alfabetização de Recrutas.” (DEPOIMENTO DO CADETE RAMALHO. Revista da Escola Militar, 1947). A este respeito, ver: GOMES, J. C. **O ensino Fundamental na Formação do Oficial da Academia Militar das Agulhas Negras: um Embate Histórico**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Instituto de Geografia e História Militar – IGHM – Pós-Graduação em História Militar. Rio de Janeiro, 2005.

disso, havia um pequeno número de generais que eram ideologicamente ligados ao nacionalismo de esquerda, o que lhes aproximava do trabalhismo. E, por fim, havia alguns poucos oficiais comunistas que ocupavam postos políticos de comando no Governo Goulart.<sup>55</sup>

No entanto, esta mobilização política funcionava, paradoxalmente, sob a égide do *ethos* da hierarquia militar, afastando a experiência política destes militares do tenentismo das décadas de 1920 e 1930, devido ao extremo protagonismo dos oficiais superiores e dos oficiais generais.

Após o Golpe, iniciou-se um processo forçado de despolitização da corporação militar em favor da hegemonia de um grupo, que foi estabelecido, não sem contestação, pela chamada “linha dura”<sup>56</sup>. Desse modo, parte do oficialato e dos praças, envolvidos em pugnas políticas, foram alvo de um expurgo sistemático da Instituição militar por meio da abertura de uma quantidade considerável de Inquéritos Policiais Militares (IPM) – uma das estratégias que foram acionadas para conter a politização interna e para exorcizar a ameaça perene que pairava sobre a corporação de quebra da hierarquia e da disciplina, desde a Intentona Comunista.<sup>57</sup>

A polarização ideológica, característica da Guerra Fria, manifestou-se, então, plenamente no seio da corporação militar, entre os praças e oficiais subalternos. Um dos lugares institucionais de discussão política era precisamente algumas escolas militares, que, em sua maioria, situavam-se em grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro.<sup>58</sup>

<sup>55</sup> NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 52.

<sup>56</sup> “A ‘linha dura’ passa a ocupar postos importantes no governo e nas organizações militares de caráter estratégico, exprimindo-se inicialmente mais como um estado de espírito, de endosso a determinados valores e visão de mundo e de instituição militar. Gradualmente, no entanto, transforma-se em facção, mesmo mantendo divisões internas. Em termos ideológicos, elabora um discurso de extrema direita, nacionalista, e, até certo ponto, reformista. Não defende um programa coerente, mas apresenta duas exigências. A primeira é um expurgo radical, sem consideração pelos procedimentos aplicados nem pela conformidade com a lei: imediatamente após o Golpe, os oficiais de ‘linha dura’ são os principais advogados da violência do Estado e da repressão política. A segunda é a defesa de um conjunto de medidas economicamente nacionalistas.” (CHIRIUS, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na Ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 51).

<sup>57</sup> “Após a deflagração do golpe, notam-se poucas resistências legalistas no seio da oficialidade. Por outro lado, a ‘operação limpeza’ após o Golpe, que afeta também políticos e intelectuais ligados ao governo derrubado, tem como alvo principal a esfera militar: mais de 1.014 oficiais ‘graduados’ atingidos pelo primeiro ato revolucionário do regime.” (Ibid., p. 47).

<sup>58</sup> Ibid., p. 176.

O Rio de Janeiro ocupa lugar especial, uma vez que o Clube Militar, de um lado, e as escolas militares, de outro, são espaços tolerados de expressão política dos jovens oficiais. Essa efervescência da oficialidade inferior, traduzida em reuniões frequentes, mais ou menos públicas e refregas com os representantes do lado oposto, institui uma contestação ilícita e uma forma de conspiração em seu aspecto propagandístico.<sup>59</sup>

Após 1964, gradualmente, o ativismo político declinou no âmbito do sistema de ensino, devido a um movimento interno, extremamente contundente, de controle disciplinar e vigilância ideológica. Ele incidiu na instituição militar como um todo e repercutiu no sistema de ensino, com os objetivos de transmitir uma memória institucional específica e de engendrar uma espécie de “assepsia” ideológica no ensino das ciências humanas e da filosofia.

O movimento de endurecimento interno pode ter favorecido o alinhamento tendencial dos militares com o discurso institucional, em especial dos homens, que passam por um processo de socialização mais precoce.

Já o movimento de contenção interna da corporação militar parece ter sido intensificado, paradoxalmente, pela Distensão, instaurada por Geisel, no início da década de 1970, quando este estabelecem mecanismos de controle da corporação militar que atingem, principalmente, a Comunidade de Segurança, quando “busca colocar um freio no furor repressivo (em especial nos assassinatos sumários ou em consequência da tortura, a cujo princípio, não obstante, não se opõe), e na autonomia dos órgãos de segurança. É o restabelecimento da disciplina militar e da autoridade do Estado.”<sup>60</sup>

A vertente profissional, do soldado apolítico, que emergiu na primeira metade do século XX, com os Jovens Turcos e as Missões Francesa e Americana, manifestou-se aqui com ânimo redobrado, no sentido de afastar os militares da militância política, para configurar o que o Exército francês chamava, a respeito de si próprio, de “Grande Mudo”. Mas a iniciativa de solapar a participação política dos militares vincula-se ao espírito do tempo, sob a égide do anticomunismo e de uma preocupação crescente em justificar as ações da instituição militar no governo civil e em se legitimar perante a sociedade brasileira e a História.

---

<sup>59</sup> Ibid., p. 44.

<sup>60</sup> Ibid., p. 176.

A exacerbação da vertente do soldado profissional, nos moldes em que foi realizada, tornou o Exército um território hermético, lacrado, de costas para as transformações no campo científico e para as experiências políticas e econômicas da segunda metade do século XX. Mais do que isto, fomentou um sentimento marcado de alteridade absoluta dos militares em face dos civis, como habitantes de outro mundo, mais harmônico e perfeito, cujo *locus* principal foi justamente o sistema de ensino, e, em especial, as escolas de formação militar.

Deste modo, o processo de despolitização realizada nos estabelecimentos de ensino militares funcionou por meio do isolamento institucional em relação aos valores, necessidades e interesses da sociedade civil.

Nessa perspectiva, constata-se, nos temas da revista da AMAN, a partir de 1962, o distanciamento gradual das aspirações coletivas de democratização, desenvolvimento, cidadania e modernidade. Ao contrário, predominaram as falas inspiradas no modelo do profissionalismo militar, que enfatizava o valor da hierarquia e da disciplina, o preparo físico e o domínio das técnicas militares:

A par da formação técnico-universitária, democrática e moral, a têmpera militar impõe cuidado especial ao preparo físico do oficial, condição *sine qua non* para o correto desempenho de suas atribuições no triplo e permanente papel de comandante, instrutor e perfeito executante, particularmente das ações de combate.<sup>61</sup>

Esta tendência permaneceu décadas após o início do movimento interno de compressão ideológica e isolamento:

A legenda inscrita no Pátio Tenente Moura, “cadetes! Ides comandar, aprendei a obedecer”, exige uma constante reinterpretação, porque cristaliza a essência da profissão militar: a subordinação às ordens do comando, em qualquer nível em que se encontre o oficial. Essa obediência constante e inequívoca é fruto de um alto estado disciplinar. Disciplina é obediência consciente, pronta e continuada.<sup>62</sup>

A despolitização dos estabelecimentos de ensino militares se manifestou também no incremento da censura interna das disciplinas humanísticas, o que atingiu todo o sistema de ensino, das escolas da linha bélica até os colégios militares.

---

<sup>61</sup> Orientação presente no Plano Geral do Ensino (PGE) de 1969, da AMAN.

<sup>62</sup> Orientação presente no Plano Geral do Ensino (PGE) de 1995, da AMAN.

A evolução do currículo da escola de formação de oficiais da linha bélica ratifica o ponto de vista de Foucault, segundo o qual a vontade de saber se vincula estreitamente à vontade de poder<sup>63</sup>, ou seja, de que a valorização aparente de um objeto de conhecimento, como as ciências humanas, que progressivamente se ampliam no currículo escolar da AMAN, no lugar das ciências exatas, a partir de 1958, é indissociável de uma pulsão de controle e de esquadramento, que formata o que se diz e como se diz:

De 1944 até 1957, somente as disciplinas de História Militar e de Direito faziam parte da grade curricular da AMAN. Em 1958, ocorre a entrada das disciplinas de Português, Psicologia e Geografia Econômica do Brasil. Cabe ressaltar a influência da Psicologia, que nos currículos de 1975 a 1985 tinham 120 horas distribuídas em 3 anos (Psicologia I, II e III). Nesta época, a disciplina de Filosofia foi introduzida com uma carga horária de 30 horas. A obrigatoriedade, em todas as escolas de nível superior, da disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), faz com que, em 1986, esta disciplina também integre a grade curricular da AMAN. Esta grade passa também a integrar a disciplina de idiomas (Inglês). Finalmente, fruto dos estudos sobre a modernização do ensino do Exército, realizados a partir de 1995, a AMAN sofre uma grande reestruturação com um aumento substancial de carga horária do ensino fundamental, principalmente a voltada para as ciências humanas. A última disciplina do currículo foi a Didática.<sup>64</sup>

A AMAN, por exemplo, passou a produzir internamente seus próprios manuais de História Militar<sup>65</sup>, que exprimem a visão oficial do período militar, evitando a utilização da literatura especializada, enquanto a Diretoria do Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), responsável pelos colégios militares, passou a utilizar oficialmente os livros de História e Geografia que são produzidos e distribuídos dentro da instituição militar, exprimindo uma história oficial do período militar, que tem sido difundida nas últimas décadas, em que pese as divergências da historiografia do período militar.

Em síntese, a este movimento de fechamento institucional e de recrudescimento de uma concepção determinada de uma instituição militar, com

<sup>63</sup> A este respeito, ver: FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

<sup>64</sup> GOMES, J. C. **O ensino fundamental na formação do Oficial da Academia Militar das Agulhas Negras**: um Embate Histórico. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Instituto de Geografia e História Militar – IGHM. Monografia realizada como requisito parcial para conclusão de Pós-Graduação *Latu Sensu*. Pós-Graduação em História Militar, 2005. p. 41.

<sup>65</sup> ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Manual escolar de História Militar do Brasil**. Resende, 2011.

padrões mais estritos de hierarquia e disciplina, corresponde o endosso tendencial do discurso institucional por parte dos homens e, em menor medida, das mulheres militares.

A atitude de endosso ao discurso institucional dos oficiais se manifesta ainda nos percentuais significativos de apoio à censura ideológica em bibliotecas públicas, uma vez que 36,1% dos homens e 28,4% das mulheres ainda assumem uma atitude de concordância com a censura, o que evidencia a eficácia relativa do discurso institucional na socialização militar:

Tabela 20: Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que professam a ideologia comunista?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	1.095	48	1.143
	63,9%	71,6%	64,2%
A favor	619	19	638
	36,1%	28,4%	35,8%
<b>Total</b>	<b>1.714</b>	<b>67</b>	<b>1.781</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

A atitude de endosso ao discurso institucional é ainda mais acentuada quando se considera um fato histórico recente, que é alvo de um discurso institucional mais incisivo, como a Anistia, por exemplo, que defende uma solução mais contemporizadora e harmônica do conflito político que atravessou o período militar, enfatizando uma fórmula de proteção à imagem pública das Forças Armadas.

Este tema divide as opiniões dos homens de modo quase paritário: 45,1% considera que não serviu para reconciliação nacional enquanto 41,6% tem ponto de vista contrário.

Tabela 21: Questão: “A anistia serviu para a reconciliação nacional?”

		Masculino	Feminino	Total
Concordo	n° de casos	896	26	922
	%	45,1%	27,7%	44,3%
Discordo	n° de casos	827	43	870
	%	41,6%	45,7%	41,8%
Não respondeu	n° de casos	265	25	290
	%	13,3%	26,6%	13,9%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1988</b>	<b>94</b>	<b>2082</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa.

Seguindo uma tendência majoritária, as mulheres são mais críticas em relação à Anistia, afastando-se mais do que os homens do discurso institucional. Convém aqui lembrar que as mulheres distam mais do que os homens do discurso institucional, provavelmente, devido à imersão precoce e visceral dos homens na Instituição militar, pois ingressam mais jovens nas escolas de formação da linha bélica, ao contrário das mulheres, que se tornam militares depois de graduadas em instituições civis. Talvez por esta razão, somente 27,7% das mulheres concorda que a Anistia serviu para reconciliação nacional.

Por outro lado, quanto aos armamentos nucleares, evidencia-se que a quase totalidade das mulheres (97,1%) e uma parte significativa dos homens (78,4%) são a favor da restrição de armamentos nucleares, manifestando, novamente, uma atitude de distanciamento do discurso institucional, ainda permeado de concepções típicas da Guerra Fria, baseadas na perspectiva geopolítica que enfatizava a utilização de armamentos nucleares como um meio de afirmação do poder da Nação:

Tabela 22: Questão: “É contra ou a favor da restrição de armamentos nucleares?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	372	2	374
	21,6%	2,9%	20,9%
A favor	1.351	67	1.418
	78,4%	97,1%	79,1%
<b>Total</b>	<b>1.723</b>	<b>69</b>	<b>1.792</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Se em relação à imagem institucional, homens e mulheres militares alinham-se de modo diferenciado com o discurso institucional, em relação à imagem de si mesmos, enquanto militares, os homens ratificam novamente o discurso institucional, endossando ainda mais a associação da profissão militar com a ideia do sacerdócio, como se constata na tabela 23:

Tabela 23: Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: MILITAR”

		p1 Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Mais importante	n° de casos	570	7	577
	%	33,0%	10,0%	32,1%
2	n° de casos	553	13	566
	%	32,1%	18,6%	31,5%
3	n° de casos	211	17	228
	%	12,2%	24,3%	12,7%
4	n° de casos	134	15	149
	%	7,8%	21,4%	8,3%
5	n° de casos	102	9	111
	%	5,9%	12,9%	6,2%
6	n° de casos	56	5	61
	%	3,2%	7,1%	3,4%
7	n° de casos	53	3	56
	%	3,1%	4,3%	3,1%
Menos importante	n° de casos	46	1	47
	%	2,7%	1,4%	2,6%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1.725</b>	<b>70</b>	<b>1.795</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Aqui, constata-se que 33% dos homens qualificam a dimensão do sacerdócio como a mais importante, seguida por 32,1% (segunda mais importante) e 12,2% (terceira mais importante), o que perfaz 77,3% que associam esse aspecto à profissão militar. Por outro lado, a mulher claramente se afasta do discurso institucional, quando 52,9% vinculam esta dimensão à profissão militar.

Esta divergência entre homens e mulheres militares se acentua ainda quando ambos qualificam a profissão do professor em relação ao sacerdócio. Neste caso, as proporções tendem a se inverter: 31% consideram a mais importante, 23,9%, a segunda mais importante e 7%, a terceira mais importante, perfazendo 61,9%. Por outro lado, a proporção de homens que associam o magistério ao sacerdócio nos três níveis mais altos de importância perfazem 46,1%.

Tabela 24: Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: PROFESSOR”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Mais importante	n° de casos	242	22	264
	%	13,9%	31,0%	14,6%
2	n° de casos	248	17	265
	%	14,2%	23,9%	14,6%
3	n° de casos	313	5	318
	%	18,0%	7,0%	17,5%
4	n° de casos	264	12	276
	%	15,2%	16,9%	15,2%
5	n° de casos	269	6	275
	%	15,4%	8,5%	15,2%
6	n° de casos	210	5	215
	%	12,1%	7,0%	11,9%
7	n° de casos	167	2	169
	%	9,6%	2,8%	9,3%
Menos importante	n° de casos	29	2	31
	%	1,7%	2,8%	1,7%
<b>Total</b>	<b>n° de casos</b>	<b>1.742</b>	<b>71</b>	<b>1.813</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Constata-se o mesmo fenômeno em relação à associação da profissão de médico com a ideia de sacerdócio. Novamente, 59,4% das mulheres situam-na nos três níveis mais altos de importância, enquanto 33,1% dos homens faz o mesmo:

Tabela 25: Questão: “Enumere de 1 (mais importante) a 8 (menos importante) as seguintes profissões segundo a qualificação ‘Sacerdócio’: MÉDICO”

		p1 Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
Mais importante	nº de casos	94	16	110
	%	5,5%	23,2%	6,1%
2	nº de casos	218	16	234
	%	12,7%	23,2%	13,1%
3	nº de casos	256	9	265
	%	14,9%	13,0%	14,8%
4	nº de casos	264	11	275
	%	15,3%	15,9%	15,4%
5	nº de casos	287	6	293
	%	16,7%	8,7%	16,4%
6	nº de casos	351	5	356
	%	20,4%	7,2%	19,9%
7	nº de casos	220	4	224
	%	12,8%	5,8%	12,5%
Menos importante	nº de casos	30	2	32
	%	1,7%	2,9%	1,8%
<b>Total</b>	<b>nº de casos</b>	<b>1.720</b>	<b>69</b>	<b>1.789</b>
	<b>%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Em relação a este aspecto, convém ressaltar, de novo, o fato de que as mulheres se afastam do discurso institucional, associando mais as duas profissões civis ao sacerdócio do que a profissão militar, devido, em parte, à sua socialização mais tardia nas escolas de formação militar, quando já constituiu uma identidade profissional em graduações universitárias civis, uma vez que se trata de mulheres pertencentes a quadros técnicos, de suporte ao combate. Nesse sentido, em relação ao processo de estruturação da identidade militar, as mulheres não funcionariam como os homens, percebendo-se, mesmo após 10 anos de vida militar, mais como professoras, médicas, dentistas, dentre outras profissões civis, do que como militares.

Além disso, como ingressam adultas nas escolas de formação militar, responsáveis pela socialização militar, são menos influenciadas do que os homens.

Finalmente, as mulheres divergem mais do discurso institucional, valorizando mais estas profissões civis, ao associá-las à qualidade de sacerdócio por injunções históricas da condição feminina. Nesta perspectiva, para que pudessem ser algo mais do que esposas e mães, as mulheres teriam que ter condições materiais e espirituais semelhantes aos homens, como acesso à educação e à vida pública, o que não tiveram até meados do século XX.

A este respeito, é pertinente analisar aqui o testemunho insuspeito de uma mulher que rompeu com a destinação histórica dos papéis sexuais tradicionais e das profissões de cuidado:

Fazer fortuna e ter treze filhos... nenhum ser humano suportaria isso. Examinemos os fatos, dissemos. Primeiro, são os nove meses, antes de o bebê nascer. Então, o bebê nasce. Há, então, três ou quatro meses gastos na amamentação do bebê. Depois que o bebê é amamentado, há sem dúvida uns cinco anos gastos em brincadeiras com o bebê. Ao que parece, não se pode deixar as crianças soltas pelas ruas. Os que as viram crescer desregradamente na Rússia dizem que a visão não é agradável. Dizem também que a natureza humana assume sua forma entre um e cinco anos de idade. Se a Sra. Seton, disse eu, tivesse empregados ou tempo ganhando dinheiro, que tipo de recordações você teria tido de brincadeiras e brigas? O que teria sabido da Escócia, de seu ar puro e dos bolos e tudo o mais? Mas é inútil fazer essas perguntas, porque você nunca teria existido.<sup>66</sup>

E não somente a profissão militar, mas também a atividade intelectual e artística teria sido vedada às mulheres:

Pois é um enigma perene a razão porque nenhuma mulher escreveu uma só palavra daquela extraordinária literatura, quando um em cada dois homens, parece, era dotado para a canção e o soneto. Quais eram as condições em que viviam as mulheres? Perguntei-me; pois a ficção, trabalho imaginativo que é, não cai como um seixo no chão, como talvez ocorra com a ciência; a ficção é como uma teia de aranha, presa apenas levemente, talvez, mas ainda assim presa à vida pelos quatro cantos.<sup>67</sup>

Este excerto revela o quanto, para ser escritora, a mulher precisa de uma tradição constituída de mulheres escritoras, que teriam desenvolvido temas, léxicos e maneiras de dizer que exprimissem a sua existência social, cuja expressão plena é precisamente a obra-prima, que “não são frutos isolados e

<sup>66</sup> WOOLF, V. **Um teto sobre seu**. São Paulo: Nova Fronteira, s/d, p. 29.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 51.

solitários; são o resultado de muitos anos de pensar em conjunto, de um pensar através do corpo das pessoas, de modo que a experiência da massa está por trás da voz isolada.”<sup>68</sup>

Nesse sentido, a tradição constituída seria de um *corpus* de textos, que funcionariam como ponto de partida para novos escritores, abrindo, a partir daí, vias diversas para a construção textual. Esse *corpus* seria estruturado enquanto lastro ou eixo gerador de outros textos na medida em que ele é feito a partir de outros escritos, que por dentro dele serão reconstruídos em conformidade com outras lógicas.<sup>69</sup> Ora, é precisamente a posse, pelo indivíduo, desta tradição constituída, traduzida em um *corpus* de textos, que fornece ao indivíduo o que Bourdieu chama de capital cultural e que se relaciona com o campo de forças sociais em que se situa o indivíduo<sup>70</sup>.

A posse do capital cultural favorece uma maior facilidade de manuseio dos códigos, manifestada em um conjunto de capacidades e habilidades de interpretação de códigos e de ação social pertinente. Essa fluência de manejo pode ser chamada, em analogia com a técnica musical, de solfejo – como um conjunto de habilidades de leitura automática e imediata de uma partitura cultural – de códigos simbólicos (de enunciados, de gestual e de cultura material) de um determinado grupo social, e que acarreta, na maior parte das vezes, uma ação

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 68.

<sup>69</sup> Nessa perspectiva, considera-se que os discursos orais são feitos de outros textos, estabelecendo-se o que Bakhtin considera com o princípio constitutivo da linguagem, o dialogismo, que se consubstancia como a condição do sentido do próprio discurso. Neste sentido, os textos são dialógicos porque polifônicos, resultando do embate de muitas vozes; ou monofônicos, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. Desse modo, um texto remete a outro para defender as ideias nele contidas, ou para contestá-las, tomando-o, portanto, como ponto de partida, pois, para se definir diante de determinado assunto, o autor do texto leva em consideração as ideias de outros “autores” e com eles dialoga no seu texto. Em síntese, como afirma Fiorin, sob um texto ou um discurso ressoam outros textos ou outros discursos (A este respeito, ver: FIORIN, J. L. **Polifonia textual e discursiva**. In: BARROS, D. P.; FIORIN, J. L. (Orgs.). **DIALOGISMO, POLIFONIA, INTERTEXTUALIDADE: EM TORNO DE BAKHTIN MIKHAIL**. São Paulo: EDUSP, 1994, p.29-36).

<sup>70</sup> “As diferentes espécies de capital – cuja posse, o pertencimento à classe, e, cuja distribuição determina a posição nas relações de força constitutivas de campo de poder é, por conseguinte, das estratégias suscetíveis de serem adotadas nessas lutas (em outras épocas, ‘nascimento’, ‘fortuna’ e ‘talentos’; atualmente, capital econômico e capital escolar) – são, ao mesmo tempo, instrumentos de poder e pretextos de luta pelo poder, desigualmente poderes de fato e desigualmente reconhecidos como princípios de autoridade ou sinais de distinção legítimos.” (BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social de julgamento**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 296).

social eficaz em termos de resultados quanto à obtenção de posições de privilégio no campo.<sup>71</sup>

Neste caso, o solfejo estabelece, no que concerne o campo profissional, uma relação de afinidade e harmonização da seguinte maneira: lê-se bem aquilo que já se tem. Ou seja, o indivíduo que tem a tradição constituída, o *habitus* ou o capital cultural, é apto de entender e agir de modo mais eficaz no ambiente social onde se desenvolveu esta tradição – o campo. Dito de outro modo, é o indivíduo que pertence a uma tradição constituída no interior de um campo que tem o *habitus*, e, portanto, um conjunto de conhecimentos e valores que lhe permitem “ler” as situações sociais e agir de acordo, isto é, o “solfejo”.

Deste modo, para se tornar militar, a mulher necessita possuir uma tradição ou *habitus* – um conjunto de símbolos imagéticos, gírias, maneiras de falar, de emitir voz de comando e, por que não dizer, de agir, de lidar com superiores e subordinados, de vestir o uniforme e marchar, uma vez que os atos linguísticos são também performáticos, englobando a ação e a interação social.<sup>72</sup>

A mulher não tem a tradição de soldado, porque não possui, por exemplo, um *corpus* de textos da chamada “bravata”, que é construída no interior do repertório cívico dos heróis exemplares, como os patronos e personagens históricos dos campos de batalha. Não há, para a mulher, a memória da celebração de feitos extraordinários em situações de combate, com o que se molda a sensibilidade e a visão de mundo dos soldados.

Aqui, torna-se clara o quanto a tradição constituída é feita de textos e declarações de princípios e de valores, que moldam o *habitus*, funcionando como trilhos da ação social. Neste sentido, a bravata masculina da tradição visava,

---

<sup>71</sup> O termo solfejo é utilizado por Bourdieu no sentido literal da palavra, como técnica musical, que integrava o currículo escolar do ensino médio, de que se sentiam excluídos os alunos oriundos da classe operária. Neste estudo, o termo solfejo é usado para exprimir aspectos relevantes do próprio capital cultural.

<sup>72</sup> Austin abordou alguns casos de emprego da linguagem que “não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos” (1990, p. 22). “Ao contrário dos proferimentos constativos. Tais proferimentos em tudo se assemelham aos proferimentos constativos, mas neles, o proferimento da sentença é, no todo ou em parte, a realização de uma ação, que não pode ser normalmente descrita como consistindo em dizer algo” (1990, p. 24). A este respeito, ver: AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

sobretudo, celebrar virtudes e habilidades guerreiras, sem ter a ver com a transmissão de informações objetivas sobre as atividades militares:

(...) não consistia em dizer exatamente a verdade, mas em encontrar, no domínio do discurso, o valor encontrado no combate (...). Brantone estabeleceu assim uma distinção entre as bravatas da palavra – capacidade de encontrar na ordem do discurso um exagero capaz de transcrever um fato marcial extraordinário – e a bravata de “efeito” ou de ação – transposição à realidade do campo de batalha as formas de ênfase próprias ao discurso. Fosse ela de palavra ou de efeito, a bravata reabilitava a essência mesma da proeza que consistia em ilustrar a virtude ou, em boa etimologia, a probidade.<sup>73</sup>

É, na verdade, a posse desta tradição, do capital cultural, que permite a aceitação social e a inserção em posições de destaque ou privilégio do campo, enquanto a ausência do capital cultural enseja nos indivíduos as atitudes de estranheza e desenraizamento, ao ponto da marginalização ou expurgo do campo.<sup>74</sup>

Ora, a mulher, atualmente, não possui esta tradição, em nenhuma de suas manifestações<sup>75</sup> no campo militar, que ainda é majoritariamente masculino, o que dificulta a estruturação de uma identidade militar própria, da sua maneira de ser militar, gerando conflitos e ambivalências no seu processo de socialização no meio, com a intensificação eventual da conduta militar do rigor com o cumprimento de normas e de ordens, devido a um mecanismo emocional de compensação pela falta de importância institucional.<sup>76</sup>

Por esta razão, a mulher não pode ter a vocação ou sentimento de destino inelutável para abraçar a carreira das armas, que é apanágio do homem,

<sup>73</sup> DREVILLON, H. **Do guerreiro ao militar**. In: VIGARELLO, G.; COURTINE, J. J. **A virilidade: da Antiguidade à Modernidade**. In: HISTÓRIA DA VIRILIDADE: A INVENÇÃO DA VIRILIDADE DA ANTIGUIDADE ÀS LUZES. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 342.

<sup>74</sup> A este respeito, convém analisar o caso já citado acima do indivíduo egresso das classes populares quando este se insere em escolas destinadas à elite: “Brutalmente mergulhado aos nove anos e meio no estranho e distante universo do liceu, Sébastien sofre um ‘choque’ que produz nele uma espécie de paralisia escolar: foi desde o início uma ‘completa catástrofe’, um desastre tal que ‘teve dificuldade em compreender o que se passava’. No liceu, vive a experiência do ostracismo total, do mais completo desenraizamento, ao mesmo tempo social, geográfico e escolar: arrancado do seio da família e do meio dos colegas a que estava habituado, enfrenta viagens de ônibus de manhã bem cedo, o semi-internato e dias inteiros longe de casa. Além disso, há a mudança de nível das exigências escolares – logo descobre, por exemplo, sua ‘completa nulidade em ortografia’ – e a estranheza de um universo escolar em que ‘se fazem ditados de solfejo’, onde os ‘professores de francês-latim-grego’ lhe parecem uma espécie de ‘monstros’, ‘semideuses’, ‘estrangeiros’, ou pessoas que não são do mesmo mundo.” (BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**, p. 597).

<sup>75</sup> No máximo, pode-se falar de uma tradição no campo da enfermagem militar.

justamente porque tem atrás de si uma tradição milenar de soldados, que ele incorpora, para também ele ser um soldado. Ao contrário, o que a mulher tem atrás de si são os papéis sexuais milenares de esposa e mãe, que eram praticamente exclusivos até o início do século XX. Devido ao peso desta tradição exclusiva até data recente, as mulheres, quando entram no mundo do trabalho, preferem as profissões de cuidado, que se baseiam nos papéis sexuais tradicionais, a quem atribuem o *status* de “sacerdócio”, em detrimento da profissão militar, que para elas, não tem uma tradição.

### 3.5. Moral sexual de homens e mulheres militares

Constata-se que, em relação à moral sexual, repete-se aqui o padrão de conservadorismo, já encontrado em relação à percepção política, em que as mulheres são menos conservadoras do que os homens, com 44,1% sendo a favor da censura moral em bibliotecas públicas enquanto os homens apoiam, em sua maioria, a censura (59,2%), conforme se observa na tabela 26:

Tabela 26: Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que ataquem a moral costumes?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	702	38	740
	40,8%	55,9%	41,4%
A favor	1019	30	1049
	59,2%	44,1%	58,6%
<b>Total</b>	<b>1.721</b>	<b>68</b>	<b>1.789</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Esses aspectos se repetem em relação à atitude diante da homossexualidade, em que 52,4% dos homens são a favor da exclusão na biblioteca pública de livros favoráveis ao homossexualismo, enquanto apenas 26,9% das mulheres apoiam esta medida:

<sup>76</sup> A este respeito, ver: MUSUMECI, B. S.; MUSUMECI, L.. **Mulheres policiais**: presença feminina na PM do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Tabela 27: Questão: “É contra ou a favor de excluir das bibliotecas públicas livros que se manifestassem a favor do homossexualismo?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Contra	816	49	865
	47,6%	73,1%	48,6%
A favor	898	18	916
	52,4%	26,9%	51,4%
<b>Total</b>	<b>1.714</b>	<b>67</b>	<b>1.781</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Em relação às transformações da família tradicional, existe a mesma tendência masculina, de apego ao modelo tradicional e a seus papéis sexuais característicos (79,6%), enquanto uma quantidade menos significativa de mulheres (53,7%) rejeitam as mudanças sociais, que incluem, por exemplo, a emancipação sexual e profissional das mulheres, dentre outros aspectos:

Tabela 28: Questão: “Acha que a transformação da família tradicional está contribuindo para a decadência da sociedade?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Sim	1.362	36	1.398
	79,6%	53,7%	78,6%
Não	350	31	381
	20,4%	46,3%	21,4%
<b>Total</b>	<b>1.712</b>	<b>67</b>	<b>1.779</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Quais são as razões do conservadorismo masculino e do apego às tradições e ao controle da liberdade de opinião, enquanto que as mulheres se inclinam a uma atitude liberal, aqui depreendida, como o respeito à liberdade de expressão e a uma atitude mais despreendida dos códigos culturais constituídos?

Além dos fatores apontados acima, relacionados com a socialização precoce dos homens na instituição militar, é preciso investigar melhor o modo de

ser da moral sexual de mulheres e homens, uma vez que esta não é objeto de um discurso institucional, como os temas concernentes à percepção política.

Ora, se os homens não foram formatados sistematicamente nas escolas militares em relação à moral sexual, por que são mais conservadores?

Em primeiro lugar, se a moral sexual não é ensinada diretamente, como os temas de natureza política, é ensinada indiretamente por meio de um currículo oculto<sup>77</sup>, que transmite valores de legitimação ao *status quo*, uma vez que o Exército é uma Instituição da Ordem que está a serviço da manutenção de um sistema político de um Estado e de um governo, que se imbricam a determinados valores e visão de mundo, onde se insere a adesão a um determinado modelo de família.

Mas talvez haja, contudo, outro fator importante que também explique o comportamento mais liberal das mulheres em relação aos homens: a evolução de modelos de atuação militar e as formas distintas de sua apropriação, realizada por mulheres e homens.

Inicialmente, é preciso ressaltar o fato de que a profissão militar, que tem sido um *affaire* exclusivamente masculino, traduziu-se sempre a partir de uma imposição da vontade de poder, no sentido nietzschiano, que consiste numa vontade orgânica, não somente do homem, mas de todo ser vivo, e que só pode manifestar-se face às resistências e oposições.<sup>78</sup>

A vontade de poder é dividida internamente em instâncias que se atritam e se opõem.

---

<sup>77</sup> O currículo oculto consiste num conjunto de valores, conhecimentos e atitudes que são transmitidos em um processo educativo de modo não intencional.

<sup>78</sup> A profissão militar se relaciona com a vontade de poder de uma forma visceral, mesmo no contexto dos exércitos do Estado-Nação, que estabelecem controles rígidos para a livre expressão das pulsões de morte. É o que se constata no célebre diário de guerra “Tempestades de Aço”, de Ernst Junger, que descreve as impressões dos combatentes na Primeira Grande Guerra, como uma experiência de inebriamento e quase êxtase com a possibilidade e prática efetiva de atos violentos como um contrapeso à banalidade da vida cotidiana dos tempos de paz: “Havíamos deixado salas de aula, bancos de escola e mesas de trabalho e, em curtas semanas de treinamento, estávamos fundidos em um grande e entusiasmado corpo. Criados em uma época de segurança, todos sentíamos a nostalgia do incomum, do grande perigo. E então a guerra tomou conta de nossas vidas como um desvario. Em uma chuva de flores, saímos de casa, inebriados como a atmosfera de rosas e sangue. A guerra, por certo, nos proporcionaria o imenso, o forte, o solene. Ela nos parecia uma ação máscula, uma divertida peleja de atiradores em prados floridos e orvalhados de

Nietzsche concebe o próprio indivíduo como combate das partes (por alimentação, espaço, etc): sua evolução ligada a um vencer, um predominar de certas partes (...) nessa passagem, recupera a ideia de conflito no interior do homem – presente em escritos anteriores a “Assim falava Zaratustra” – e explicita como ele se dá no nível fisiológico: a luta envolve os vários elementos que formam o organismo humano.<sup>79</sup>

No homem, a vontade de poder consubstancia-se no sentir, no querer, no agir e no pensar, traduzindo-se como uma espécie de afeto de mando, estando o prazer em vencer as resistências e a dor, em ter de enfrentá-las.<sup>80</sup>

A vontade de poder se exterioriza também em relação a outrem, estabelecendo atos que formatam a realidade em conformidade com determinadas diretrizes, “pois é o princípio criador que, através de uma vontade, estabelece uma hierarquia de forças, impõe uma direção a uma parcela da realidade.”<sup>81</sup>

Constata-se então que, sob a égide da vontade de poder, a vida seria permeada de uma agonística, de uma luta, à semelhança da profissão militar, que funcionaria pela imposição de um querer, de uma energia vital, essencial na condução de homens em situação de extremo risco própria dos conflitos armados.

Desse modo, mesmo em face do atual cenário internacional e das novas “máquinas de guerra”, que exigem um chefe militar que tenha facilidade de transitar em todos os campos do conhecimento e desenvolva um conjunto de habilidades técnicas, integrando o tecnólogo e administrador, continua a ser exigido do militar a expansão de uma espécie de energética que não se restringe às situações do confronto físico.

---

sangue. ‘Não há no mundo mais bela morte...’ Ah, só não queríamos ficar em casa, queríamos poder participar!’ (JUNGER, E. **Tempestades de aço**. São Paulo: Cosac Naif, 2003, p. 7)

<sup>79</sup> MARTON, S. **Nietzsche**: das forças cósmicas aos valores humanos. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000, p. 43.

<sup>80</sup> A vontade de poder se relaciona com a categoria de vontade de Schopenhauer e com a noção darwiniana da concorrência vital, assumindo em Nietzsche uma finalidade de explicação do helenismo e da cultura ocidental, em geral, como uma instância da realidade do mundo e do indivíduo, percebidos aqui como puro devir, multiplicidade, contraste, contradição e guerra. Nesta perspectiva, a existência funcionaria por meio da plena liberação das energias vitais de criação, mas também de destruição: pilhar, explorar, ferir e violentar o fraco e o estrangeiro, eliminando todos os obstáculos à expansão e manifestação plena das intenções e da volição, como no fenômeno fisiológico da nutrição, em que os óbices são incorporados.

<sup>81</sup> BOEIRA, N. **Friedrich Nietzsche**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 13.

Neste sentido, Barrenechea ressalta que:

Não é o guerreiro o modelo exclusivo de forte; a luta e a expansão de forças não se vinculam taxativamente ao fato em armas ou de impor a força física num confronto direto. A força, a tendência ao domínio, se exprime nos mais diversos planos, nas mais diversas atividades; a tendência à apropriação, à dominação é essencial ao fenômeno vital.<sup>82</sup>

Em resumo, apesar da inserção de um horizonte moral e metafísico na formação e na atividade profissional dos militares, desde a constituição gradual dos Estados Nação, atrelado a um processo civilizatório de controle de pulsões,<sup>83</sup> a profissão militar ainda funciona por meio da ativação e do fomento da vontade de poder, o que se encarna perfeitamente no culto ao panteão de soldados exemplares em campo de batalha, realizado em cerimônias cívicas e formaturas.

Na vontade de poder, acham-se subsumidos ainda dois outros conceitos que esclarecem os aspectos mais relevantes da cultura e do indivíduo, com reflexos na atividade militar, que funcionam como princípios ontológicos e componentes primários da realidade: o apolíneo e o dionisíaco, que “são pulsões cósmicas (...), aspectos que o conceito de vontade de poder recobre.”<sup>84</sup>

O dionisíaco se identifica com a natureza e suas pulsões, “são o triturar cego da força subterrânea, o longo e lento sugar, a treva e a lama. É a desumanizante brutalidade da biologia e da geologia, o desperdício e derramamento de sangue darwiniano”.<sup>85</sup> O dionisíaco se manifesta nos instintos vitais de vida e morte, na subsunção aos ciclos repetitivos da natureza, como a reprodução, na expansão irrestrita da vontade sobre outrem, com o intuito da fruição dos prazeres e da satisfação dos instintos, que podem ser excessivos e destrutivos.

O dionisíaco reconcilia o homem com a natureza:

Sob a magia do dionisíaco, torna a selar-se não apenas o laço da pessoa a pessoa, mas também a natureza alheada, inamistosa ou subjugada volta a celebrar a festa

<sup>82</sup> BARRENECHEA, M. A. (2008a). **Nova era trágica e grande política**: para além do niilismo. In: SUSSEISIND, P. ET AL (ORG.). O CÔMICO E O TRÁGICO. Rio de Janeiro: Sete Letras, p. 161.

<sup>83</sup> ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes, vol. II, Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

<sup>84</sup> MARTON, S. **Nietzsche**: das forças cósmicas aos valores humanos. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000, p. 43.

<sup>85</sup> PAGLIA, C. **Personas sexuais**: arte e decadência de Nefertite a Emile Dickinson. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 17.

de reconciliação com o seu filho perdido, o homem (...), agora escravo, é homem livre, agora se rompem todas as rígidas e hostis delimitações que a necessidade, a arbitrariedade ou a “moda impudente” estabeleceram entre os homens.<sup>86</sup>

O apolíneo, ao contrário do dionisíaco, manifesta-se como ordem e harmonia, exercício puro do intelecto, da organização, da separação e do esforço de dotar o mundo de inteligibilidade ao mundo:

O dionisíaco é a fluidez catatônica da natureza. Apolo, por outro lado, dá forma e contorno, distinguindo um ser do outro. Todos os artefatos são apolíneos. A fusão e a união são dionisíacas; a separação e a individuação, apolíneas.<sup>87</sup>

O *ethos* apolíneo da distinção e separação de atributos manifesta-se na ciência e na técnica, mas também na instauração de um *nomos* de regras de convivência éticas, políticas e jurídicas, e para o exercício regular de uma atividade.

O apolíneo se remete ao princípio da individuação e do limite que vale para a cultura e para o indivíduo, estabelecendo uma sistemática de contenção das pulsões:

Esse endeusamento da individuação, quando pensado sobretudo como imperativo e prescritivo, só conhece uma lei, o indivíduo, isto é, a observação das fronteiras do indivíduo, a medida no sentido helênico. Apolo, como divindade ética, exige dos seus a medida e, para poder observá-la, o autoconhecimento. E assim como, ao lado da necessidade estética da beleza, a exigência do “conhece-te a ti mesmo” e “nada em demasia”, ao passo que a autoexaltação e o desmedido eram considerados os demônios propriamente hostis da esfera não apolínea.<sup>88</sup>

Como facetas da vontade de poder, o dionisíaco e o apolíneo não se opõem de modo estanque. Ao contrário: são dimensões opostas e complementares da pessoa e da cultura, cujo equilíbrio é raro e instável:

Apolo, deus da bela forma e da individuação, permitia a Dionísio que se manifestasse; Dionísio, o deus da embriaguez e do dilaceramento, possibilitava a Apolo que se exprimisse. Um assegurava ponderação e domínio de si; o outro envolvia pelo excesso e vertigem. A luz e a sombra, a superfície e as profundezas, a aparência e a essência, mostravam-se imprescindíveis. Conjugados na tragédia eram manifestações na arte, de duas pulsões cósmicas.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia, ou helenismo e pessimismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 31.

<sup>87</sup> PAGLIA, C. **Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emile Dickinson**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 17.

<sup>88</sup> NIETZSCHE, F. op. cit., p. 40.

<sup>89</sup> Scarlet Marton, MARTON, Scarlet. **Niezsche: das forças cósmicas aos valores humanos**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000, p. 43.

Nessa perspectiva, a vontade de poder, característica da profissão militar, oscilaria entre a expressão irrestrita das pulsões e a sua regulação ordenada por meio de um detalhado aparato legal. Ou seja, entre o dionisíaco e o apolíneo. Haveria, mesmo nas instituições militares, a alternância de períodos de fúria e conquista vinculada a formas de poder carismático, de caráter dionisíaco, e fases de organização e repetição de rotinas, de cunho mais burocrático e militar.

A este respeito, convém lembrar o fato de que, a partir do século XIX, impõe-se uma tendência gradual de contenção dos princípios dionisíacos, como uma condição *sine qua non* da institucionalização do Exército como instância de exercício do monopólio da força. Neste sentido, o Exército enfatizou cada vez mais os aspectos disciplinares, fomentando a criação prolífica de regulamentos inculcados em rituais cada vez mais elaborados de socialização militar nas escolas militares.<sup>90</sup>

Este aspecto foi reproduzido na história da formação do exército brasileiro que, a partir do início do século XX, enfatizou o ideal do soldado profissional, caracterizado pela renúncia à militância política e pela obediência irrestrita à hierarquia e disciplina.

Apesar do triunfo atual do modelo apolíneo, existiriam ainda nas instituições militares, militares de natureza mais dionisíaca, isto é, mais voltados para ação militar – nas operações – bem como militares voltados para as ações administrativas, relacionadas à vida vegetativa da instituição – mais próximos do referencial apolíneo.

Por vezes, os militares operacionais, dionisíacos, quando inseridos em Grandes Comandos, de cunho administrativo, transportam seu estilo impetuoso, energético e de ação profissional, introduzindo mudanças bruscas na estrutura da organização burocrática.

---

<sup>90</sup> Este aspecto reproduz um fenômeno relevante na história da educação ocidental, também marcada pela hegemonia do apolíneo. Dentro de uma perspectiva nietzschiana, Silva ressalta “que, ao estabelecer estes objetivos de uniformizar os discentes, a educação buscou instituir a ideia de que há algo fixo, substancial na vida e no homem e que o polo priorizado (razão/alma) seria o aspecto a ser desenvolvido pelos alunos. Já que era parte desta sociedade, a educação ministrada nos estabelecimentos de ensino consolidou esta meta, pois estava impregnada dos valores que pautavam a cultura naquela ocasião, ou seja, os valores da modernidade, que colocavam a racionalidade como aspecto primordial do homem.” (SILVA, M. A. **Nietzsche e a**

Em que sentido pode-se relacionar as mulheres ao *ethos* militar, marcado pela dualidade do princípio dionisíaco e apolíneo?

As mulheres inclinam-se, como se percebe nas respostas, mais ao princípio dionisíaco do que os homens, enfatizando a liberdade na expressão dos instintos em detrimento da ordem e do controle social.

Mais do que relacioná-las a iminentes componentes biológicos de feminilidade, sendo a mulher muito mais afim à natureza do que à cultura – uma tese arrojada e pertinente, mas controversa<sup>91</sup> – trata-se aqui de vinculá-las a padrões pregressos, mais residuais, da própria instituição militar.

Como não foi enquadrada pela tradição militar e não existe, a bem dizer, uma tradição de mulheres guerreiras, a mulher não teria incorporado os aspectos apolíneos que triunfaram no Exército, internalizando mais os aspectos remanescentes e voluntaristas, que distariam do modelo hegemônico dominado pelos homens, até por uma atitude de resistência.

Na verdade, as mulheres, permeadas, assim como os homens, dos dois princípios, o dionisíaco e o apolíneo, que são opostos, mas complementares, pendem, no contexto militar, ao dionisíaco, pela limitação histórica de seus aspectos apolíneos, uma vez que, até o século XX, estavam vinculadas apenas aos papéis sexuais tradicionais, de esposa e mãe, que a relacionavam mais estreitamente à natureza. Nessa perspectiva, a “invenção” da mulher seria um fenômeno recente, próprio do século XX, intensificado pela Revolução Industrial e pelas duas grandes guerras, que marcaram o ingresso da mulher no universo apolíneo do mundo, da política e do trabalho.

Ou seja, convém compreender as atitudes mais liberais das mulheres militares no contexto do comportamento feminino brasileiro. Por exemplo, em relação às frases que exprimem os papéis sexuais tradicionais, os homens discordavam menos do que as mulheres. Na frase: “Em um casal, é importante que o homem tenha mais experiência que a mulher?”, 64% das mulheres

---

**educação:** da crítica à educação moderna a uma educação para a criação. In: GOUVEIA, G. (ORG.). PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p.117).

<sup>91</sup> A este respeito, ver: PAGLIA, C. **Personas sexuais:** arte e decadência de Nefertite a Emile Dickinson. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 17.

discordaram e 48% dos homens, também. E quanto à frase, “Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra?”, concordaram 43% dos homens e 23% das mulheres.

Tabela 29: Questão: “Concordância com frases:”

FRASE	Mulheres		Homens	
	Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Em um casal, é importante que o homem tenha mais experiência que a mulher?	24%	64%	36%	48%
A mulher deve satisfazer o marido sexualmente mesmo quando não tem vontade?	15%	81%	17%	76%
Nas decisões importantes, é justo que na casa o homem tenha a última palavra?	23%	72%	43%	48%

Fonte: Pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (Fundação Perseu Abramo, 2010).

Nesse sentido, os homens parecem ser mais conservadores do que as mulheres, rejeitando mais as transformações ocorridas nas últimas décadas na estrutura familiar, como, por exemplo, a difusão do casamento de homossexuais. Isto constata em pesquisa realizada pelo IPEA, em que 38,1% dos homens discorda totalmente e 8,1%, parcialmente sobre se um casal de dois homens vive um amor tão bonito como entre um homem e uma mulher, enquanto que 44,9% dos homens concorda totalmente e 14,3%, parcialmente sobre ficarem incomodados em ver dois homens ou duas mulheres se beijando na boca em público.

Em resumo, os homens, de maneira geral, e não apenas os homens militares, seriam mais inclinados à defesa dos papéis sexuais tradicionalmente masculinos, uma vez que, no País “se a categoria ‘homem’ comanda o mundo exterior da lei, do comércio, da política e da rua, em geral, sobra para a categoria

de ‘mulher’ o comando da ‘casa’: da compaixão, da hospitalidade, da cozinha, da doença e de tudo que constitui o mundo das coisas ocultas e internas.”<sup>92</sup>

Este aspecto se manifesta, por exemplo, em considerar que os homens devem manter o seu papel de chefe de família, responsável pela conduta moral das mulheres e das crianças, sendo os homens agentes apolíneos da instauração da ordem social e da vida pública, mesmo que de forma canhestra, ao arripio da lei, na versão tupiniquim, como se observa na tabela abaixo, que analisa aspectos relacionados à violência contra a mulher. Aqui, 42,7% dos homens brasileiros concordam totalmente e 22,4%, parcialmente, que as mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas.

Desse modo, os homens militares acompanham uma tendência vigente na sociedade brasileira, evidenciando o quanto o comportamento de gênero é aprendido socialmente, independente das formas de inserção profissional, sendo construído pelo grupo primário e secundário, pelo círculo de pares, ainda na infância e adolescência, por meio de expressões e curiosos ritos de inversão.<sup>93</sup>

### 3.6. Inserção das mulheres no Exército Brasileiro

Após analisar diversas facetas do *habitus* de gênero de homens e mulheres militares, chegamos a um aspecto relevante focado neste estudo, o da percepção de homens e mulheres militares sobre a inserção da mulher na linha bélica.

<sup>92</sup> DA MATTA, R. **Tem pente aí?** Reflexões sobre a identidade masculina. IN: CALDAS, D. HOMENS. São Paulo: Editora Senac, 1997, p. 45.

<sup>93</sup> Sobre a aprendizagem social da masculinidade na sociedade brasileira, Roberto Da Matta analisa o significado de uma brincadeira infantil difundida entre garotos que consiste na solicitação de um pente supostamente colocado no bolso de trás, tocando o traseiro do companheiro: “num plano profundo, o gesto perturbava ainda mais porque era uma genuína autocrítica social, pondo a nu um lado problemático e jamais discutido da nossa masculinidade. Muito mais do que um ritual destinado a nos fortalecer como homens, dentro da ideia de ‘os homens verdadeiramente machos não devem ter nenhuma sensibilidade no rabo’ era, também, um comentário sobre um estilo ou modalidade – aquilo que nós, antropólogos sociais, chamamos de ‘cultura’ ou de ‘ideologia’ – de conceber e construir o masculino. Comentário que obviamente revelava o seu lado frágil, por causa disso mesmo, indicando as sutilezas que os problemas de ser homem no Brasil (...). Para nós, ‘ser homem’ não era apenas ter corpo de homem, mas mostrar-se ‘masculino’ e ‘macho’ em todos os momentos. (...) um dos preços da masculinidade, portanto, era uma eterna vigilância das emoções, dos gestos e do próprio corpo.” (DA MATTA, R. **Tem pente aí?** Reflexões sobre a identidade masculina. IN: CALDAS, D. *Homens*. São Paulo: Editora Senac, 1997, p. 37).

Constata-se aqui que 43,6% dos homens (quase a metade) são favoráveis à inserção da mulher somente em funções administrativas, enquanto que apenas 10,5% das mulheres têm a mesma opinião, como se observa na tabela 30:

Tabela 30: Questão: “A presença da mulher no Exército Brasileiro, é aceitável desde que restrita a funções administrativas?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	776 43,6%	8 10,5%	784 42,5%
Discordo	768 43,8%	61 80,3%	829 44,7%
Indiferente	235 13,2%	7 9,0%	242 13,0%
<b>Total</b>	<b>1.779</b>	<b>76</b>	<b>1.855</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Ora, as funções administrativas, na instituição militar, são extensões das chamadas profissões de cuidado, que se relacionam com os papéis femininos de esposa e mãe, uma vez que consistem na prestação de serviços à administração pública, do Direito, Enfermagem, Medicina, Magistério e contabilidade, isto é, atividades de cunho intelectual, distando das atividades físicas de enfrentamento de situações adversas, eminentemente masculinas, da profissão militar.<sup>94</sup>

Este resultado é parcialmente ratificado quanto à aceitação das mulheres em funções de comando, com a rejeição de apenas 17,1% dos homens, embora possa se atribuir esta aceitação ao fato da questão não especificar de que tipo de atividade militar se trata, se operacional ou técnica-administrativa, uma vez que é melhor aceita.

<sup>94</sup> Este aspecto foi encontrado no estudo sobre a inserção das mulheres na polícia militar do Rio de Janeiro, já citado neste estudo, em que as mulheres eram associadas à polícia de trânsito ou à perícia, enquanto os homens eram associados à polícia de rua. A este respeito, ver: MUSUMECI, B. S.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais**: presença feminina na PM do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Tabela 31: Questão: “A presença da mulher no Exército Brasileiro, é aceitável mesmo em funções de comando?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	1268 71,2%	68 89,5%	1336 71,9%
Discordo	304 17,1%	4 5,3%	308 16,6%
Indiferente	210 11,8%	4 5,3%	211 11,5%
<b>Total</b>	<b>1.782</b>	<b>76</b>	<b>1.858</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

Os resultados relacionados à rejeição da mulher na linha bélica são confirmados quando é solicitado se a presença da mulher é aceitável em todas as atividades, inclusive nas ações de combate, quando apenas 41,9% dos homens concordam, contrapondo-se a 64,5% das mulheres:

Tabela 32: Questão: “A presença da mulher no Exército Brasileiro, é aceitável para todas as atividades, incluindo combate?”

Resposta	Masculino	Feminino	Total
Concordo	744 41,9%	49 64,5%	793 42,8%
Discordo	870 49,0%	25 32,9%	895 48,3%
Indiferente	163 9,2%	2 2,6%	165 8,9%
<b>Total</b>	<b>1.777</b>	<b>76</b>	<b>1.853</b>

Fonte: *Survey* realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC/RJ – Programa Pró-Defesa

A rejeição das mulheres na linha bélica tem a ver com a repulsa que os estabelecidos têm em relação aos *outsiders*, fato que funciona por meio de mecanismos complexos de estigmatização.<sup>95</sup>

<sup>95</sup> O estudo em que nos baseamos neste trabalho é a conhecida pesquisa de Norbert Elias sobre uma pequena comunidade urbana que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. O autor aí enfoca as relações entre as diferentes zonas de uma mesma comunidade, para esclarecer os processos de exclusão social, segundo os quais se estabelece uma “clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido

Mesmo que este fenômeno seja descrito melhor a seguir, na parte destinada à análise dos resultados das entrevistas, é possível detectar aqui a elaboração de figurações ou representações mentais de ambos os sexos em relação à atividade militar, com a estigmatização social de mulheres, realizada pelos homens, mas também pelas próprias mulheres, a quem são interditas atividades atribuídas aos homens, relacionadas ao combate.

Essa rejeição às mulheres na linha bélica provém mais de um grupo social coeso, o dos homens militares, que conseguiu criar secularmente um estilo de vida específico, com valores e modos de viver – uma tradição constituída – e que confere acesso às posições de poder: o “solfejo” ou capital cultural, como já foi analisado.

Nesse sentido, o ingresso das mulheres na linha bélica ameaçaria as posições de poder e o estilo de vida – a tradição militar – do grupo de homens, que ainda é exclusivo, criando possibilidades de transformação da corporação militar como um todo.

Nessa perspectiva, inserir o diferente equivaleria a difundir o caos, destruindo-se a tradição constituída, uma vez que os *outsiders* são tidos como anômicos, e o contato íntimo com eles faz pairar sobre os membros de um grupo estabelecido a ameaça de uma “infecção anômica”.<sup>96</sup>

As próprias mulheres, embora em caráter minoritário, também rejeitam a inserção das mulheres na linha bélica e na atuação profissional em postos de comando, devido ao fato de que interiorizaram o estigma social elaborado pelo grupo masculino na corporação militar.

---

desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como *outsiders*. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo que o grupo dominante atribuía a si mesmo. (ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 19).

<sup>96</sup> Ibid., p. 26.